

Jornais liberais e o campo político durante a transição democrática

Heber Ricardo da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, HR. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 240 p. ISBN 978-85-7983-012-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

2

JORNAIS LIBERAIS E O CAMPO POLÍTICO DURANTE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Relações entre os jornais e a política

Próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, diversas forças políticas e sociais passaram a lutar mais intensamente pela implantação do regime democrático no Brasil, impulsionadas pelo enfraquecimento dos regimes autoritários europeus e pela desestabilização da estrutura de poder criada por Vargas a partir do golpe do Estado Novo. Nesse período, os órgãos da imprensa nacional publicaram matérias que divulgavam com entusiasmo as derrotas e a rendição dos nazifascistas, além de apresentarem opiniões de líderes políticos nacionais e internacionais que expressavam seu contentamento com a vitória da democracia no campo de batalha internacional, oferecendo prognósticos otimistas quanto aos rumos da democracia mundial.

A derrota dos nazifascistas nos campos de batalha fez com que a imprensa, bem como os agentes políticos nacionais, pudessem vislumbrar mais concretamente um horizonte democrático e livre dos totalitarismos. Embora Getúlio Vargas e membros do Estado Novo fossem simpáticos aos regimes totalitários europeus, o Brasil entrou no conflito em 1942, logo após o ingresso dos Estados Unidos, atendendo à convocação de alinhamento do continente, cedendo bases militares no Nordeste aos norte-americanos e enviando vinte

mil soldados ao *front* na Itália. Vencido o inimigo internacional, o Brasil continuava sob o regime ditatorial implantado em 10 de novembro de 1937 por Getúlio Vargas. Para Fausto (2003, p.383), os problemas do Estado Novo eram decorrentes mais do alinhamento político internacional do que das condições políticas internas e, assim, personalidades políticas, bem como parte da imprensa nacional, passaram a explorar a contradição existente entre o apoio de Vargas às forças democráticas internacionais e a manutenção de um regime de força no país. No entanto, vale registrar que, em novembro de 1943, Vargas havia se comprometido a reajustar a estrutura política do país após o término da guerra, convocar eleições diretas em todos os níveis e conduzir o país para a democratização. À medida que a guerra se definia, setores sociais passavam a vivenciar um momento de grande expectativa e euforia quanto ao retorno da democracia no Brasil e ao cumprimento das promessas feitas por Vargas.

Conquanto os acontecimentos internacionais sinalizassem possibilidades de alteração nos rumos políticos do Brasil, diversos acontecimentos nacionais contribuíram para a desestabilização do regime de Vargas. De acordo com Silva (1976, p.62), as forças liberais já começaram a se organizar por volta de 1942, a fim de acelerar a reorganização do país nos moldes democráticos, tendo como produto dessa articulação o Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943 e elaborado por um grupo da elite intelectual e política mineira, contando com 92 signatários que exigiam o fim da ditadura e a imediata democratização do país. Com a implantação da ditadura em 1937, grupos políticos distantes do poder varguista ficaram impossibilitados de agir na esfera nacional, dadas a orientação discricionária e a centralização econômica realizada pelo governo, e só tiveram condições de reagir nos momentos finais do Estado Novo, quando o regime já apresentava sinais de fragilidade.

O Manifesto dos Mineiros representou um importante documento de crítica à estrutura política do Estado Novo e, de certa maneira, contribuiu para o enfraquecimento desse regime. No entanto, o documento foi elaborado por agentes sociopolíticos que

apresentavam uma visão liberal e elitista de sociedade. Os signatários do documento deixaram clara a sua crítica à democracia de massas e ao populismo getulista, e, sendo assim, defenderam a democracia de cunho liberal.

No entanto, as primeiras manifestações contra a estrutura política estadonovista e a simpatia de Vargas pelo nazifascismo podem ser identificadas antes mesmo da divulgação do Manifesto dos Mineiros. Fundada após a realização do II Congresso Nacional dos Estudantes em 1938 e institucionalizada pelo decreto-lei 4.080, de 1942, como entidade representativa dos universitários brasileiros, a União Nacional dos Estudantes (UNE) conseguiu burlar o silenciamento imposto pelo Estado Novo já a partir de meados de 1942, ano de sua oficialização. Assim, a entidade estudantil realizou manifestações públicas sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, além de divulgar manifestos em defesa do regime democrático e contra a proximidade de Vargas com os governos nazifascistas e sua imparcialidade diante das ações totalitárias de alemães e italianos no decorrer da guerra. Dessa forma, os estudantes começaram a exigir a entrada do Brasil no conflito mundial ao lado das “verdadeiras forças democráticas”, ou seja, os Aliados, e a imediata democratização das instituições nacionais. Curiosamente, já nesse período, *OESP* e *CM* cobriram as manifestações estudantis e elogiaram a disposição democrática da juventude brasileira. Contudo, os jornais, sobretudo *OESP*, que estava sob intervenção estadonovista, omitiram as críticas desferidas a Getúlio Vargas durante as atividades estudantis e noticiaram apenas as “saudações dos jovens aos líderes nacionais, entre eles Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, bem como aos líderes democráticos internacionais como Churchill e Roosevelt”.¹

Ademais, durante a realização do VI Congresso da UNE, em julho de 1943, os estudantes publicaram um manifesto em que deixavam clara sua disposição pela união nacional e cobraram do governo medidas para solucionar as debilidades e insuficiências no terreno político e administrativo brasileiro, além de criticarem

1 *OESP*, 5/7/1942; *CM*, 5/7/1942.

sua inoperância diante dos acontecimentos internacionais, marcados pelos atos violentos do nazifascismo na guerra (Carone, 1976, p.73-5). Em folheto informativo, publicado em 18 de agosto de 1943, a entidade estudantil conclamou “todos os brasileiros honestos, homens do governo, sejam eles homens do povo, a cerrar fileiras em torno de um programa que atendessem os legítimos interesses e direitos de nosso povo, que satisfizesse as aspirações nacionais de vida independente, democrática e próspera”.² Dessa forma, o material publicado e as manifestações públicas dos estudantes tinham o objetivo bastante nítido de criticar as tendências autoritárias do Estado Novo e lutar pela democratização da vida nacional, bem como tornavam públicas a insatisfação dos estudantes universitários quanto aos rumos políticos tomados pela ditadura Vargas.

Além de representarem os primeiros movimentos de contestação à ditadura estadonovista, o Manifesto dos Mineiros e as manifestações estudantis organizadas pela UNE abriram caminho para que outros documentos contra o Estado Novo surgissem. Foi o caso do documento assinado por renomados escritores brasileiros, em 22 de janeiro de 1945, durante o I Congresso dos Escritores realizado na cidade de São Paulo. Esse documento, seguindo a linha do documento divulgado pelos mineiros, contestava veementemente o regime ditatorial e exigia a liberdade de expressão, sufrágio universal direto e secreto. Em artigo publicado no jornal *FM*, Florestan Fernandes atacou sutilmente o Estado Novo ao afirmar que a realização do Congresso de Escritores era de suma importância, em razão da situação política vivida pelo mundo e, sobretudo, da vigente no Brasil:

De qualquer forma, tomando a si esta questão, o escritor brasileiro está assumindo um grande compromisso diante do povo. Porque na verdade assume a liderança de suas reivindicações, dando ensejo para que elas se formulem. Pode-se pensar, pois, que um abismo está pres-

2 Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). O Brasil na guerra: A Era Vargas.

tes a surgir entre nós e o passado: os intelectuais tomam posição, não abandonando ao próprio destino os interesses e as expectativas do povo brasileiro [...] o intelectual, deixando de discutir só seus interesses restritos, acaba se identificando com os interesses da nação.³

No início de 1945, os jornais *CM*, *JB*, *OG*, *DSP* e *FM* passaram a defender em suas páginas um modelo de democracia particularizante, deixando bem claro para os leitores e as forças políticas nacionais sua concepção de democracia, como será visto no próximo tópico. Dessa forma, intensificaram as críticas ao Estado Novo, sobretudo após a entrevista de José Américo, publicada pelo *CM*, em 22 de fevereiro de 1945. A publicação foi considerada por muitos agentes da imprensa como responsável pela desmoralização e enfraquecimento político do Estado Novo, além de ser entendida como um marco para a imprensa brasileira, pois, a partir de então, a censura governamental se enfraqueceu, abrindo brechas para a atuação mais consistente de setores políticos oposicionistas, bem como da intensificação das críticas por parte dos jornais. Assim, nos momentos finais da Segunda Guerra, os grandes diários reivindicavam de forma uníssona a completa democratização da sociedade, exceto *OESP*, que estava sob intervenção desde março de 1940, quando passou a ser considerado folha oficiosa do governo. Entretanto, após cinco anos sob intervenção estadonovista, *OESP* retornou a seus legítimos donos em 6 de dezembro de 1945 e, logo em seguida, publicou inúmeras críticas ao governo Vargas, condenando a expropriação da folha durante o Estado Novo e defendendo, acima de tudo, a moralização política e o retorno efetivo da democracia no país.

Desempregado e trabalhando como *freelancer* para importantes jornais cariocas, como o *CM*, o então jornalista Carlos Lacerda colheu uma polêmica entrevista com José Américo de Almeida, ex-ministro de Vargas, que tinha se colocado na disputa da abortada eleição presidencial de 1938.⁴ Preparada para ser publicada no *Diá-*

3 *FM*, 21/1/1945.

4 A repercussão da entrevista foi favorável ao jornalista Carlos Lacerda e lhe ren-

rio *Carioca*, a entrevista fazia duras críticas ao Estado Novo e preconizava a necessidade de mudanças profundas na sociedade brasileira em âmbito político, econômico e social. José Américo afirmava que a crise vivida pelo Brasil era menos política que moral e conclamava os brasileiros a se unirem para “encontrar os meios necessários para uma estruturação democrática que fundamentasse a obra de reestruturação do país no após-guerra”. Embora reconhecesse que a guerra tinha contribuído com o aprofundamento da crise no Brasil, o udenista responsabilizou Vargas por não ter preparado o país para enfrentar os efeitos da guerra. Ao ser questionado sobre os candidatos que deveriam disputar o pleito de 1945, Américo afirmou que existiam três brasileiros que deveriam se afastar da disputa: o próprio José Américo, Armando Sales de Oliveira e Getúlio Vargas, os quais já haviam exercido cargos eletivos e disputado eleições. Segundo o udenista, os três deveriam agora se unir para a “efetivação da verdadeira democracia no Brasil”. Sem revelar o nome do candidato das forças oposicionistas, afirmou que as “verdadeiras forças democráticas” do país já haviam escolhido seu candidato, um homem “cheio de serviços à Pátria e que representava a garantia da retidão e de respeito à dignidade do país”. Temendo a reação do DIP, dado o conteúdo da entrevista, os editores daquela folha resolveram não publicá-la e distribuí-la a vários jornais, pois, caso todos os periódicos ou um número significativo deles a publicassem, ficaria mais difícil para o governo punir a imprensa coletivamente.

De acordo com Silva (1976, p.84), o político udenista Luís Camilo de Oliveira Neto, signatário do Manifesto dos Mineiros e adversário político de Vargas, sobretudo nos momentos finais do Estado Novo, procurou o redator-chefe do *CM*, Costa Rego, para convencê-lo a publicar a entrevista, depois de se certificar da recusa de Assis Chateaubriand, dos Diários Associados, José Eduardo de Macedo Soares, do *Diário Carioca*, e Orlando Dantas, do *Diário*

deu a assinatura de uma coluna no *CM*, intitulada “Tribuna da Imprensa”, na qual fazia pesadas críticas ao governo Dutra. Em 1949, saiu do *CM* e lançou o jornal *Tribuna da Imprensa*, sendo o mais feroz crítico dos governos Dutra e, principalmente, do segundo governo Vargas.

de *Notícias*. Após receber carta branca de Paulo Bittencourt que estava no México, Rego ficou com a entrevista, mas sem compromisso formal de publicá-la. Passados alguns dias, o padre Dutra, vindo de Minas Gerais, procurou Roberto Marinho, oportunidade em que lhe mostrou o texto da entrevista concedida por José Américo a Carlos Lacerda. Marinho ficou entusiasmado com a possibilidade de publicar um furo daquela magnitude e prometeu publicá-la. Com o intuito de alcançar maior destaque dentro do campo jornalístico, sair na frente de seus concorrentes e criticar a ordem estadonovista, o *CM* publicou a entrevista no dia seguinte ao do encontro daquele religioso com Marinho, provocando intensas manifestações nos círculos políticos e jornalísticos.⁵ Entretanto, José Américo prometeu conceder outra entrevista ao jornal de Marinho, o que de fato acabou acontecendo. Se a entrevista ao *CM* fazia referências ao candidato presidencial mas não revelava seu nome, na entrevista concedida ao jornalista Edgar da Mata Machado, de *OG*, José Américo declinava o nome do candidato, qual seja, o brigadeiro Eduardo Gomes:

sinto apenas o desafogo de quem dá um grito incontido no deserto. De quem falou por si e presume ter falado por milhões de vozes que, por inibições impostas pelo aparelho da propaganda e censura do Estado Novo estavam silenciosas [...] o candidato será o major-brigadeiro Eduardo Gomes, que aceitará o lançamento de seu nome, se for criado um ambiente de liberdade e garantia para o funcionamento do regime representativo no Brasil.⁶

Seguindo o caminho de seus congêneres cariocas, o *DSP* publicou uma entrevista com Monteiro Lobato, que mostrava clara simpatia pelo comunismo. Na entrevista, o escritor louvava o regime

5 A entrevista foi publicada integralmente na edição do *CM* de 22/2/1945.

6 *OG*, 22/2/1945. O jornal divulgou o nome do candidato opositorista em sua primeira página, em letras garrafais, com os seguintes dizeres: “‘Nosso candidato é major-brigadeiro Eduardo Gomes’ – declara a *OG* o Sr. José Américo”. A entrevista foi publicada na segunda edição do jornal de Marinho, no mesmo dia da publicação de seu concorrente.

socialista e criticava a ordem capitalista, considerando Luís Carlos Prestes, preso por nove anos, como “um dos maiores brasileiros” e fazia afirmações peremptórias:

É graças aos comunistas que hoje apodrecem nas cadeias, que a realização do sonho socialista se aproxima [...] o que a Rússia fez nesta guerra, e o que está fazendo na ciência, na educação e em todos os setores da vida humana é o maior dos milagres modernos e essa vitória da experiência russa, meu caro, não pode mais ser oculta aos olhos de todos os países, está aí a crise do mundo.⁷

Já em janeiro de 1945, Lobato integrou a delegação de escritores paulistas que participaram do I Congresso de Escritores realizado na cidade de São Paulo, o qual exigia liberdade democrática como garantia de completa liberdade de expressão e de pensamento, além de exigir a total redemocratização do país.

Outra importante entrevista fora publicada pelo jornal *DSP* no início de 1945, contribuindo com o clima de desestabilização do governo discricionário de Vargas. Dessa vez, o entrevistado era o ex-ministro da Justiça Francisco Campos. Na entrevista, concordando com o general Góis Monteiro, Campos afirmava que as restrições à liberdade de imprensa e de expressão impostas aos órgãos da imprensa e à população nos últimos anos contribuíram para a degradação cívica, intelectual e moral do Brasil. Acrescentava que “a fisionomia política do país e do mundo mudou muito nos últimos dois anos, as ideias democráticas resistiram à violência da guerra” e concluía afirmando que havia chegado a hora de o presidente Vargas pensar no Brasil, pois já havia pensado demais em si mesmo; entretanto, contestava a acusação de que a Constituição de 1937 apresentava elementos fascistas, pois, segundo ele, “estava na moda denominar de fascistas aqueles que não concordavam com algumas posições políticas atuais”.⁸

7 *DSP*, 29/3/1945. O jornal teve que reimprimir a edição em que saiu a entrevista com Lobato uma semana depois, tal o interesse despertado nos leitores.

8 *DSP*, 4/3/1945.

Contudo, os grandes jornais não se opuseram quando da instalação do Estado Novo, o que em parte pode ser compreendido pela natureza discricionária e centralizadora do regime imposto por Vargas; mas esta não é uma justificativa que possa ser totalmente aceita, uma vez que, entre os grandes periódicos, houve aqueles que buscaram brechas para burlar a censura oficial ou se colocaram diretamente contra a ditadura varguista. O *DSP*, a *FM*, o *OG* e o *JB* posicionaram-se favoravelmente ao golpe do Estado Novo alegando que era necessário um regime de força para livrar o Brasil do perigo que representava o comunismo, tido como crescente, no país e no mundo, e responsável por crises políticas. Discursos e talvez posições políticas que permitiam encobrir interesses pessoais e empresariais de alguns proprietários de jornais.

Durante o Estado Novo, a imprensa teve que conviver com uma série de limitações impostas pelo autoritário governo de Vargas e, com a institucionalização da censura, passaram a ser considerados meros instrumentos de difusão das ideias oficiais, servindo como meio de legitimação ideológica do novo regime e canal pelo qual se buscava o apoio dos trabalhadores à política instaurada pelo ditador. Para implantar seu modelo de governo, cooptar e seduzir as massas trabalhadoras, o Estado Novo buscava o apoio e a conivência dos órgãos de comunicação, notadamente os jornais, os quais necessitavam de recursos governamentais para impor-se no campo jornalístico.

A Constituição de 1937 definia a função da imprensa como serviço público, além de importante instrumento para o engrandecimento do país, ou seja, ela passou a desempenhar sua função atrelada ao Estado. Dessa forma, inúmeros proprietários de jornais e jornalistas, querendo ou não, foram cooptados pelo governo e puseram-se a reproduzir em suas páginas o jogo político governamental, servindo, assim, como folhas oficiosas. Os defensores do Estado Novo acreditavam que jornais e jornalistas deveriam se unir em torno de uma política sadia capaz de proporcionar a união nacional e lutar contra o inimigo internacional, ou seja, o comunismo soviético.

Com a implantação da ditadura, os jornais se viram obrigados a

difundir a propostas políticas de Vargas, que apresentava características bem particulares, como uso de propagandas favoráveis ao Estado Novo, simplificação das ideias para atingir as massas inculcadas, apelo emocional, repetições, promessas de benefícios materiais ao povo, como emprego, aumento de salários, promessas de unificação e fortalecimento nacional (Capelato, 1999, p.168). O DIP apresentava-se como sustentáculo daquela política, incumbido de controlar a imprensa nacional na obra de “esclarecer a população em torno dos planos de reconstrução material e reerguimento nacional”. Para tanto, exercia um duplo controle, pois, de um lado, proibia a publicação de matérias contrárias aos interesses estadonovistas e, de outro, praticava a cooptação, garantindo às empresas jornalísticas favoráveis ao regime o fornecimento de papel e a distribuição da publicidade estatal, que chegou a responder por cerca de 60% de todo o espaço publicitário dos jornais.⁹

Diante de qualquer sinal de rebeldia dos diretores ou proprietários de jornais, o DIP cancelava ou diminuía o fornecimento de papel e a distribuição de publicidade para as folhas. A cooptação era praticada em moldes até então nunca vistos na história da imprensa brasileira, expedientes que permitiam aos jornais que aceitavam o esquema o recebimento de uma contribuição financeira mensal do governo, que variava segundo a influência que o periódico tinha junto a seus leitores e ao espaço concedido para a publicação de matérias ligadas ao governo.¹⁰ Nesse quadro, a expansão industrial do jornalismo não se interrompeu, uma vez que os recursos do governo empregados para divulgar os atos oficiais beneficiaram os principais jornais, os quais empregaram grandes somas de dinheiro oficial na modernização técnica. É importante notar que, durante o Estado Novo, o Banco do Brasil gastou elevadas somas com

9 Entrevista de Joel Silveira concedida ao jornalista Gilberto Negreiros. A entrevista foi publicada no endereço eletrônico http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_5.htm.

10 Entrevista concedida pelo jornalista Odylo Costa, Filho ao repórter Gilberto Negreiros. A entrevista foi publicada no endereço eletrônico http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_7htm.

publicidade nas páginas dos jornais ligados ao regime e financiou a propaganda pessoal de Vargas nos periódicos (Mourão, 1955, p.155).

Entretanto, se a forma dos jornais seguia se modernizando, o conteúdo das matérias publicadas por vários deles revelava sua submissão aos ditames discricionários do Estado Novo.

Nesse sentido, Roberto Marinho e Assis Chateaubriand percorreram os mais altos corredores do poder e utilizaram seus jornais para defender as ações do governo ditatorial e se beneficiaram política e economicamente. Ambos fizeram parte do Conselho Nacional de Imprensa, então ligado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual funcionou entre 1940 e 1945. Criado pelo decreto-lei 1.949, de 30 de dezembro de 1939 – que dispunha sobre o exercício das atividades de imprensa no Brasil e sua fiscalização –, o Conselho Nacional de Imprensa tinha a incumbência de fiscalizar as atividades da imprensa e propaganda exercidas em todo o território nacional, punir as publicações de notícias ou comentários falsos e informações que levassem o Brasil ao descrédito. O órgão era composto por seis membros, sendo três nomeados pelo presidente da República, dentre jornalistas de elevada reputação profissional, e os demais eleitos como delegados, respectivamente, em assembleias gerais convocadas para esse fim, pela ABI, pelo Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro.¹¹ Em entrevista concedida bem posteriormente ao repórter Gilberto Negreiros, da *Folha de S.Paulo*, o jornalista Joel Silveira afirmou que Chateaubriand poucas vezes apareceu no Conselho Nacional de Imprensa, mandando sempre em seu lugar Austregésilo de Athaíde, conhecido como “pau para toda obra” do empresário da comunicação. Contudo, embora não participasse frequentemente das reuniões semanais do Conselho, recebia elevadas somas do

11 Decreto-lei 1.949, de 30 de dezembro de 1939 (Bial, 2004, p.89-166); depoimento de Joel Silveira ao repórter Gilberto Negreiros, série Jornalistas contam a História, 9/2/1979.

Banco do Brasil em forma de patrocínio e financiamentos para seus órgãos de comunicação.¹²

Além disso, Chateaubriand e Marinho receberam inúmeros favores do governo por meio de empréstimos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, instituições responsáveis pelo financiamento do desenvolvimento de seus empreendimentos jornalísticos, fazendo com que estes mantivessem certa fidelidade aos projetos estadonovistas, inclusive participando ativamente das atividades do DIP. À medida que as relações entre governo e empresas jornalísticas iam se intensificando, estas últimas passaram a obter benefícios governamentais – note-se, por exemplo, o caso dos Diários Associados de Chateaubriand e *OG* de Roberto Marinho, que construíram grande parte de seus órgãos por meio de uma relação próxima com Getúlio Vargas – e, dessa forma, seus jornais conquistaram elevadas posições no campo da comunicação, uma vez que passaram a concentrar poderes e dispor de maior capacidade de barganha com o governo do que seus concorrentes, além de impor-se como forças importantes dentro do campo jornalístico e até mesmo do político. Assim, mesmo ocorrendo encampação e censura de diversos órgãos da imprensa durante o Estado Novo, existiram mais proximidades e acordos entre os homens do governo e os da imprensa do que conflitos.

Apesar de Chateaubriand e Marinho serem os proprietários de jornais mais beneficiados, é possível afirmar que quase todos os jornais receberam subvenções estatais por meio de empréstimos e anúncios publicitários. Até os órgãos da imprensa comunista foram cooptados pelo governo e receberam verbas irregulares de empresas estatais e particulares. No final da década de 1940, o jornal *A Manhã*, importante órgão do PCB, recebia verbas da Light para não publicar matérias que criticassem a empresa de energia e as imoralidades que a beneficiavam. A concessão de propinas, a cooperação e o aliciamento da imprensa por parte do governo e de gran-

12 Depoimento de Joel Silveira ao repórter Gilberto Negreiros, série Jornalistas contam a História, 9/2/1979.

des empresas nacionais e internacionais atingiam praticamente todos os órgãos da imprensa nacional (Wainer, 1987, p.115).

No entanto, Ribeiro (2001) afirma que, embora muitos jornais fossem beneficiados com recursos do governo, nem sempre houve correspondência entre os favores do governo e o apoio do jornal contemplado. A concessão de empréstimos econômicos e de verbas publicitárias não impediu que, nos momentos finais do Estado Novo, os diários *JB*, *FM* e, sobretudo, *OG* e *DSP* passassem a criticar e se opor frontalmente ao regime de força imposto por Vargas, denunciando a ineficiência e o excesso de centralização do governo, e em particular a perseguição à imprensa.¹³ Como exemplo disso, em editorial, *OG* chegou a afirmar não ser possível prever o tempo em que o Brasil poderia passar a limpo as “manchas e borões do Estado Novo”, pois as consequências desse regime de fachada foram tremendas, “uma vez que o poder foi exercido de forma unilateral para satisfazer os anseios de um líder malicioso e astuto”.¹⁴ Cabe salientar que essa posição é bem diferente da emitida pelo jornal durante o período de implantação e desenrolar do Estado Novo. Nesse período, à medida que os jornalistas observavam as transformações ocorridas no âmbito da política e da imprensa nacional, passaram a se olhar mais intensamente e implementar mudanças profundas em sua estrutura técnica e em suas formas de noticiar, além de acompanhar as mudanças ocorridas no campo político internacional, momento em que os principais jornais da Europa, e sobretudo dos Estados Unidos, criticavam as ditaduras implantadas em todo o mundo e punham-se a defender com muita veemência a implantação da democracia e da liberdade de imprensa, ou, de forma genérica e ideológica, o respeito às ideias liberais.

Por muito tempo aliado de Getúlio Vargas, defendendo a implantação do Estado Novo e sendo beneficiado economicamente

13 Os periódicos publicaram intensa quantidade de material jornalístico entre 2/1945 a 12/1945 em que criticavam veementemente o regime estadonovista.

14 *OG*, 13/5/1946.

pelo governo, Chateaubriand passou a criticar o regime estadonovista em seus momentos finais, bem como o DIP, qualificando-os de totalitários e cerceadores de liberdades individuais. Embora criticasse e questionasse a legitimidade do regime, ainda contava nos quadros profissionais de seu condomínio comunicacional com jornalistas que foram baluartes do regime anterior, como Cândido Mota Filho, um dos ideólogos do Estado Novo que, durante a década de 1940, escreveu artigos na imprensa diária defendendo as bases doutrinárias do regime, além de ocupar a direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo. Além de Mota Filho, o renomado jornalista Mário Guastini também colaborava com o jornal *DSP*, mantendo elementos ideológicos do regime anterior em suas matérias.

A partir do enfraquecimento das bases políticas do Estado Novo, os jornais se articularam em defesa da democracia e restabelecimento das liberdades individuais. Entretanto, alguns proprietários de jornais continuaram mantendo relações bastante próximas com o governo, almejando benefícios particulares e a conquista ou manutenção de posições jornalísticas e políticas privilegiadas. Assim, podemos afirmar que os governos de Linhares e Dutra apostaram nessa relação.

Dentro desse quadro, o governo provisório de José Linhares (29/10/1945 a 31/1/1946) concedeu, pelo decreto-lei 8.644, de 11 de janeiro de 1946, importantes benefícios econômicos às empresas jornalísticas. Linhares reconhecia o importante papel desempenhado pela imprensa na luta contra o Estado Novo e buscou, legalmente, beneficiar a imprensa, bem como eliminar os resquícios estadonovistas que ainda a regulavam. Com aquele decreto, o governo contribuía significativamente para a eliminação da estrutura de controle governamental sobre a imprensa, sobretudo em relação à distribuição de papel, sem deixar de conceder facilidades econômicas às empresas jornalísticas para a importação de máquinas de compor (linotipos, intertipos e monotipos) e de impressão tipográfica (planas, verticais ou rotativas), além de isentar de impostos as em-

presas que importassem máquinas de outros países para uso em seus periódicos.¹⁵

Além de conceder benefícios para a imprensa, o governo Linhares tomou outras medidas que agradaram as empresas jornalísticas. Durante seu curto governo, a imprensa nacional ainda reivindicava a revogação do decreto-lei 7.666, de 22 de junho de 1945, conhecido como Lei Antitruste ou Lei Malaia. Essa lei foi defendida por Vargas como uma forma de proteger a economia e as empresas brasileiras das ações dos grandes trustes nacionais e estrangeiros e evitar manipulação de preços. A lei criava também a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (Cade), que tinha atribuições de intervir em todas as empresas envolvidas em atos entendidos como contrários à economia nacional, podendo até mesmo realizar interdições e desapropriações. Dessa forma, a fusão, a incorporação e a dissolução de empresas em qualquer setor dependiam da prévia autorização do Cade (Corsi, 1997, p.276-7 apud Bastos, 2003).

Entretanto, o decreto recebera críticas da imprensa, sobretudo do *JB* e do *DSP*, os quais o denunciavam como uma arma política de Vargas para centralizar o poder e para servir como instrumento de constrangimento e enfraquecimento da economia nacional. O *JB* entendia que, com a lei antitruste, a imprensa passaria a viver com um punhal apontado para o peito, pois o objetivo dos homens da ditadura era cercear as atividades da imprensa, a qual objetivava, antes de tudo, “colocar a verdade acima das demagogias políticas”. A lei era entendida pelo órgão carioca como uma maneira de o governo recuperar sua popularidade e seu prestígio, perdidos após a extinção do DIP.¹⁶ De modo mais personalista, Chateaubriand acreditava que a lei visava destruir os Diários Associados, pois ela proibia que empresas jornalísticas de um mesmo dono pudessem ser acionistas de outras do mesmo ramo, que se fundissem ou que se agrupassem sob um controle único. Para Chateaubriand, “a lei não era de Agamenon Magalhães, mas de Getúlio. Agamenon

15 Decreto-lei 8.644, de 11/1/1946.

16 *JB*, 11/11/1945.

é apenas seu instrumento” (Moraes, 1994, p.456-7). Em artigo intitulado a “Horta do doutor Getúlio” e publicado no *DSP*, Costa Rego, redator-chefe do *CM*, dizia-se espantado com a suposta intenção do governo em combater as atividades contrárias à economia nacional. Para Costa Rego, a real intenção do presidente era estabelecer uma maneira de intervir nas empresas de caráter industrial ou comercial e, sendo assim, o decreto emanava do poder ditatorial e revelava as pretensões de Vargas de se manter no poder.¹⁷

Ao observar as aspirações das empresas jornalísticas pela eliminação do decreto antitruste e pelo retorno da liberdade de imprensa, o governo de Linhares, por meio do decreto-lei 8.167, de 9 de novembro de 1945, revogou a Lei Malaia. Dessa forma, o presidente buscou marcar sua posição democrática e, gradativamente, eliminar a influência do Estado Novo na sociedade. É necessário afirmar que, ao beneficiar a imprensa, Linhares sinalizava sua disposição de colaborar com a democratização da sociedade. Sendo assim, o *CM* classificou o governo Linhares como um “intervalo entre a ditadura e a democracia, um traço de separação entre uma era de desgraças públicas e outra classificada como de retorno à liberdade e à felicidade”.¹⁸

No entanto, a estrutura política nacional surgida com a queda do Estado Novo não ofereceu condições para a completa consolidação da democracia e da liberdade de imprensa. Embora extinto o DIP em outubro de 1945, o governo ainda continuou controlando as atividades da imprensa a partir da criação do Departamento Nacional de Informações (DNI), órgão que passou a ser subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). As atribuições do novo órgão eram realizar a fiscalização do teatro e do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza e da radiodifusão, autorizar a concessão de favores aduaneiros para importação de papel de imprensa e registro de jornais ou periódicos,

17 *DSP*, 27/6/1945.

18 A opinião do *CM* sobre o governo de José Linhares foi publicado na seção “Opinião da Imprensa” em *OESP* em 2/2/1946.

bem como de agências telegráficas ou de notícias, nacionais ou estrangeiras; coordenar e difundir toda espécie de informações relativas ao Brasil, em cooperação com os órgãos culturais dos ministérios da Educação e Saúde, das Relações Exteriores e com os seus congêneres estaduais e municipais. De acordo com Kushnir (2004, p.98), “o DNI teve vida curta, sendo extinto ainda no primeiro ano do governo Dutra, em setembro de 1946”. Além disso, em dezembro de 1945 foi criado o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), uma agência policial vinculada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) que exercia funções anteriormente a cargo da divisão de cinema e teatro do DNI. As atribuições do SCDP foram definidas pelo decreto 20.493, de 24 de janeiro de 1946, que estipulava para aquele órgão a competência de censurar projeções cinematográficas, representações de peças teatrais e bailados, execução de discos cantados, propagandas, anúncios e produções de meios de comunicação de qualquer natureza, radiofônicos e televisivos, impressos, peças teatrais, novelas e congêneres, entre outros. Para Kushnir (2004, p.99), após a queda do Estado Novo esperava-se uma legislação de caráter mais liberal, mas o que se viu foi a acomodação de estruturas estadonovistas à nova conjuntura política e social que se formara. Diante disso, à censura caberia zelar pela “moral e pelos bons costumes”, mas também seria exercida no âmbito político. Entretanto, com o processo de abertura democrática vivenciada a partir de 1945, os seis jornais pesquisados apresentavam uma preocupação maior com suas questões econômicas e empresariais do que com a ampla e irrestrita liberdade democrática tão defendida nos momentos finais do Estado Novo, embora deixassem clara em suas páginas essa preocupação com a extensão da democratização e o respeito às garantias individuais. Os periódicos analisados se declaravam de tendência liberal, ou seja, defendiam o direito de propriedade, a liberdade de imprensa e expressão, neutralidade, individualismo, racionalismo e, ainda, apresentavam forte conteúdo religioso. Além disso, o *JB*, o *DSP*, o *OG* e a *FM* mantiveram estreitas relações com o governo Dutra, uma vez que objetivavam conquistar subvenções, anúncios e em-

préstimos estatais para aumentar suas posses e poder se modernizar e influir nos campos político e jornalístico. É possível afirmar que as ligações entre imprensa e política, após a emergência da democracia representativa parlamentar, não sofreram alterações substanciais em relação ao regime anterior. Mesmo com o fim da ditadura e o início do processo de democratização da sociedade, as conexões entre a imprensa e o governo continuaram sendo marcadas pela cooptação e direcionamentos específicos de recursos aos órgãos ligados à linha editorial de alguns jornais, como *OG*, *DSP*, *JB* e *FM*. Vale ressaltar que, durante o governo Dutra, os gastos com publicidade do Banco do Brasil nas páginas da imprensa foram maiores do que os registrados durante Estado Novo. De acordo com Mourão (1955, p.155), até então, a distribuição da publicidade estava a cargo do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil. Contudo, em 1947, na presidência de Guilherme da Silveira, aliado de Dutra, tal encargo foi retirado daquele departamento e confiado ao Gabinete da Presidência do Banco. Para se ter uma ideia, entre 1946 e 1947, as despesas da instituição financeira com publicidade cresceram 629%. Além disso, através da realização de um Inquérito, revelou-se que, durante o governo Dutra, o Banco do Brasil também financiou publicações de ofensas pessoais contra Getúlio Vargas e aos comunistas, desferidas por importantes políticos brasileiros, inclusive da UDN. De acordo com Mourão, o banco financiava os auxiliares do governo Dutra na defesa remunerada do governo.

O Banco financiava a inteligência e as ambições insaciáveis de Victorino Freire; financiava os arroubos patrióticos de Guilherme da Silveira e Horácio Lafer; financiava o paternalismo do sr. Gaspar Dutra; financiava a independência e o espírito democrático do jornalista Macedo Soares [...] O Inquérito esclarecia assim definitivamente vários porquês. O porquê, por exemplo, da feroz campanha contra o sr. Getúlio Vargas; contra os comunistas; e de o sr. Macedo Soares, membro do diretório da UDN, defender a eleição do governador Varela, do PSD, no Rio Grande do Norte; e de o sr. Macedo Soares, candidato a

senador pela UDN, apoiar, no Estado do Rio, a candidatura Cristiano Machado, do PSD, etc., etc. (Mourão, 1955, p.155)

Nesse sentido, é possível afirmar que o *DSP*, o *JB*, *OG* e a *FM* aliaram-se ao governo do presidente Dutra e o defenderam com veemência, preocupados, primeiramente, com as questões comerciais e empresariais. Essas folhas objetivavam, acima de tudo, conquistar anúncios e empréstimos governamentais, os quais tornariam possível a modernização e desenvolvimento empresarial dos periódicos. Assim, o alinhamento ao governo Dutra foi determinado por interesses econômicos e políticos bem definidos pelas empresas jornalísticas. A relação amigável dos quatro diários com o governo Dutra pode ser compreendida ainda, em grande medida, pelo fato de seus proprietários serem concessionários de emissoras de rádios, ou seja, para manterem suas emissoras funcionando, necessitavam da autorização dos órgãos governamentais responsáveis. Fosse num regime de força, ou até mesmo no incipiente regime democrático inaugurado com a Constituição de 1946, qualquer oposição mais forte de proprietários ou dirigentes de empresas jornalísticas ao governo poderia resultar no cancelamento das concessões de funcionamento de suas emissoras de rádio. Vale lembrar que a partir do artigo 5º, inciso XII, da Constituição de 1946, a União passou a ter competência para “a exploração, diretamente ou mediante a autorização ou concessão, dos serviços de telégrafos, de radiocomunicação, de radiodifusão, de telefones interestaduais e internacionais”, entre outros.¹⁹ De acordo com Calabre (2004, p.12), o rádio se constituiu no Brasil a partir de uma dupla determinação: era um veículo de comunicação privado, subordinado às regras do mercado econômico, mas ao mesmo tempo era controlado pelo Estado, responsável pela liberação da concessão para o funcionamento das

19 É importante notar que a Constituição de 1937, a partir do artigo 15, inciso VII, já delegava à União a responsabilidade pela exploração ou pelo oferecimento de concessões de serviços de telégrafos, radiodifusão, entre outros serviços de comunicação.

emissoras e pela cassação das mesmas, caso ocorresse desrespeito às leis oficiais estabelecidas para o setor.

Dentro desse quadro, o *CM* e *OESP* desfrutavam de certa “independência” em relação ao governo, uma vez que seus proprietários não eram concessionários de emissoras de rádio e seus negócios na área da comunicação social não precisavam de concessões governamentais. Embora também dependessem das verbas publicitárias, subvenções e do papel fornecido pelo governo, procuraram expressar mais livremente suas posições políticas e ideológicas em relação ao governo Dutra e, em certa medida, resistiram à cooptação governamental, defendendo os princípios liberais sem nenhuma barganha com o governo e mostrando maior independência editorial e política do que seus congêneres.

Após a posse de Dutra, todos os jornais analisados publicaram matérias que, se não defendiam diretamente o governo, pelo menos se mostravam favoráveis à legalidade do pleito eleitoral, à legitimidade da posse do novo presidente e emitiam expectativas positivas em relação ao novo governo.²⁰ Note-se que essa postura dos jornais não objetivava simplesmente defender o regime democrático e a liberdade de expressão, mas conquistar a simpatia do novo governo para poder ampliar seu raio de ação dentro dele. Com o objetivo de fortalecer economicamente suas folhas e galgar posições políticas no governo, os proprietários e jornalistas de *OG*, *DSP*, *JB* e *FM* chegaram a manter relações pessoais com o governo Dutra. Diretor-tesoureiro do *JB*, José Pires do Rio foi ministro da Fazenda do governo provisório de José Linhares no período de 31 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, e, embora mantivesse estreitas relações com o candidato oposicionista Eduardo Gomes nas eleições de dezembro de 1945, posicionou-se ao lado de Dutra desde o início de seu governo e apoiou suas medidas políticas. Ao lado de Alcides Ribeiro Meirelles, Nabantino Ramos foi representante de Fernando Costa, interventor paulista durante o Estado

20 *JB*, 1, 2 e 8/2/1947; *FM*, 1/2/1946 e 12/5/1946; *DSP*, 30/1/1946, 1 e 2/2/1946; *CM*, 1/2/1946; *OG*, 1/2/1946 e 2/2/1946; *OESP*, 31/1/1946, 1 e 2/2/1946.

Novo. Mas era muito próximo do governo Dutra por meio do ministro da Justiça Costa Neto, com quem manteve contatos desde quando moravam em Bauru, período em que trabalhou no escritório de advocacia de Costa Neto (Mota; Capelato, 1981, p.101-2). Por sua vez, Marinho, Chateaubriand e Pereira Carneiro também apoiaram todas as ações de Dutra e colocaram suas folhas a serviço do governo.

Essa proximidade conferia aos proprietários de jornais a possibilidade de influir em nomeações de ministros ou de que pessoas ligadas a suas empresas conquistassem elevados postos na administração pública. Alguns deles interferiram até mesmo em tomadas de decisões políticas. O empresário Assis Chateaubriand, por exemplo, homem que apresentava, em alguns momentos, um relacionamento conturbado com Vargas e seu sucessor, não deixou de participar efetivamente na nomeação de ministros no governo Dutra, pois, tendo o controle uma cadeia jornalística que poderia construir ou desconstruir reputações, dispunha de um capital jornalístico e simbólico invejáveis. Posição que lhe permitia receber inúmeros benefícios econômicos ao se colocar ao lado dos governos Vargas e Dutra, assim como de influir, por vezes, nas decisões governamentais de Dutra. Ao receber na Europa a notícia de que seu inimigo Dario Almeida Magalhães tivera seu nome cogitado pelo presidente para ocupar o cargo de ministro da Educação, Chateaubriand ficou enfurecido, desmarcou uma série de compromissos, voltou ao Brasil e, ao chegar ao aeroporto do Rio de Janeiro, ligou para Dutra e disse-lhe: “Sei, seu Dutra, sei. O senhor foi eleito e tem todo o direito de nomear quem quiser para o seu governo. Mas eu também tenho o direito de dar ordens para que todos os meus jornais, rádios e revistas passem amanhã mesmo para a oposição se este sujeito tomar posse”. Voltando atrás, Dutra decidiu não nomear Dario e substituí-lo por Ernesto de Souza Campos, que ocupou a pasta até dezembro de 1946, quando, mediante acordo do presidente com a UDN, foi empossado definitivamente o baiano Clemente Mariani (Moraes, 1994, p.460-2).

É importante destacar que, desde que assumiu a Presidência da

República, Dutra procurou manter uma relação amigável com os proprietários e dirigentes de jornais e, muitas vezes, tomou medidas que favoreceram esse grupo, como seu posicionamento com relação à proposta legislativa de Café Filho dirigida à categoria dos jornalistas.

Apresentado pelo então deputado Café Filho, o projeto de lei 254-D, de 30 de maio de 1947, tinha como objetivo beneficiar os trabalhadores da atividade jornalística, pois revogava os decretos 7.037, de 1944, e 7.858, de 1945, os quais dispunham sobre a remuneração mínima dos profissionais da área jornalística. Porém, o projeto de Café Filho era mais completo, uma vez que concedia maiores benefícios para os jornalistas, determinava a remuneração de cada atividade jornalística por mês, dia e hora, equiparava as empresas jornalísticas às empresas de radiodifusão e às de propaganda comercial, beneficiava os trabalhadores da área e classificava de maneira clara as funções dentro das empresas jornalísticas. Pelo projeto, os agentes e colaboradores dos jornais, geralmente profissionais que desempenhavam funções secundárias no processo de elaboração da notícia, também deveriam ser classificados e incluídos nos quadros funcionais dos jornais inclusive com salários e encargos estabelecidos pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro. Essa medida traria dispêndios econômicos para os grandes periódicos, uma vez que estes dependiam do trabalho realizado pelos agentes e colaboradores. Somente no caso de *OESP*, havia mais de oitocentos agentes e correspondentes que prestavam serviços periodicamente, sem compromisso trabalhista formalmente estabelecido com a empresa.²¹

O projeto de Café Filho deixava os proprietários, diretores e o Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas extremamente preocupados com a situação financeira de suas empresas, acreditando que o projeto, caso fosse aprovado, iria provocar o enfraquecimento econômico e provavelmente a falência de muitas delas. Para se ter uma ideia, o projeto aumentava o salário do repórter auxiliar de

21 *OESP*, 1/8/1947.

Cr\$ 600,00 para Cr\$2.700,00, e, do redator, de Cr\$ 1.900,00 para Cr\$ 3.000,00.²² Além disso, o projeto apresentava uma nova configuração geográfica para determinar os ordenados dos funcionários dos jornais. Assim, a primeira categoria salarial incluía os profissionais que atuavam nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belém; a segunda englobava os das cidades de 50 mil habitantes ou mais; a terceira, os das localidades com mais de 10 mil habitantes; e, por fim, os de núcleos urbanos com menos de 10 mil habitantes.

Em representação enviada à Câmara dos Deputados, e publicada em *OESP*, o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo afirmava que o projeto era inconstitucional, pois fixava arbitrariamente os salários e, além disso, via na apresentação do projeto elementos do Estado Novo agindo novamente, porém num regime democrático constitucional. Além disso, o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais asseverava que o projeto apresentado por Café Filho ignorava a complexidade da organização jornalística.²³ O *CM* afirmava que somente no Estado Novo “um projeto como esse poderia ser votado, pois era um projeto contra a imprensa, em que o poder público intervinha na economia das empresas e transgredia o direito de propriedade privada”.²⁴ Chateaubriand mostrava sua indignação ao afirmar que, caso fosse aprovado, o projeto levaria à ruína seu conglomerado, uma vez que somente em um dos seus diários haveria um aumento de despesas que atingiria 12 milhões de cruzeiros e, assim, não poderia resistir nem seis meses ao impacto da nova classificação pleiteada.²⁵ Já antevendo que a medida seria aprovada no Congresso Nacional, *OESP* apelava, em editorial, ao presidente Dutra – que,

22 Com a correção monetária dos valores de 1947 para 2007, o valor do salário do repórter auxiliar subiria de cerca de R\$ 261,00 para R\$ 1.178,00 e do redator aumentaria de cerca de R\$ 829,00 para R\$ 1.309,00. Dados IPC-Fipe – <http://drcalc.net/easycalc/correcao.asp>.

23 *OESP*, 1/7/1947.

24 *CM*, 2/12/1947.

25 *DSP*, 29/7/1947.

depois da votação no legislativo federal, tinha a prerrogativa de aprovar ou vetar definitivamente o projeto de lei – para que se posicionasse contrariamente à proposta de Café Filho. Para legitimar seu pedido, o jornal justificava que o projeto causaria uma série de transtornos econômicos para as empresas jornalísticas, uma vez que o Brasil apresentava uma frágil estrutura publicitária, as agências de propaganda eram bastante incipientes no Brasil e os jornais, sobretudo os do interior do país, não apresentavam carteira suficiente para cobrir as despesas adicionais propostas.²⁶ No entanto, embora provocasse acalorados debates políticos no parlamento e nas páginas da imprensa brasileira, o projeto de Café Filho foi aprovado pelo Congresso em fins de 1947, satisfazendo os trabalhadores da imprensa, mas preocupando os proprietários de jornais. A pressão destes recairia agora sobre Dutra, uma vez que o projeto dependia de sanção do presidente da República. Em editorial intitulado “Convite à ociosidade”, Assis Chateaubriand se declarou terminantemente contra o projeto de Café Filho e afirmava que, caso fosse sancionado pelo governo, levaria à falência muitas empresas jornalísticas. Segundo ele, o Estado Novo já havia errado ao determinar um período regular de trabalho em cinco horas, pois nenhuma empresa ou indústria pode se desenvolver com tão curto prazo de trabalho.²⁷ Dessa forma, os proprietários de jornais procuraram mostrar o projeto como característico dos períodos ditatoriais, como o Estado Novo. Entretanto, Dutra pretendia governar democraticamente, portanto de forma distinta do Estado Novo; assim, não gostaria de ser classificado como ditador ou estremecer a relação amistosa com os proprietários de jornais com a aprovação do projeto.

Em represália à aprovação do projeto no Congresso Nacional, os proprietários de jornais decidiram proibir a publicação de notícias referentes a Café Filho em suas folhas. Como forma de burlar tal determinação, os funcionários da imprensa passaram a editar o

26 OESP, 1/7/1947.

27 DSP, 27/12/1945.

Café Jornal, jornal do comitê pró-aumento de salários dos jornalistas profissionais. O *Café Jornal* foi financiado pelos próprios jornalistas e populares. É importante destacar que, além de defenderem o projeto 254-D, os trabalhadores da imprensa, responsáveis pela edição do *Café Jornal*, criticavam veementemente os proprietários de jornais que resistiam ao projeto, como Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Paulo Bittencourt, condessa Pereira Carneiro, Orlando Dantas, Júlio de Mesquita Filho, entre outros.

Após veementes protestos e pressões realizadas pelos donos dos jornais e pelo Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas, Dutra vetou o projeto em 22 de dezembro de 1947; o presidente não pretendia causar descontentamentos a esses empresários e ver o espaço de seu governo cerceado por eles.²⁸ Ao vetar o polêmico projeto, Dutra justificou:

o projeto é considerado inconstitucional, contrário aos interesses nacionais. Com os coletivos de minorar a penosa situação econômica da ilustre classe dos jornalistas e corrigir as falhas do decreto-lei 7.037, de 10 de novembro de 1944, como refere a justificação apresentada, o projeto interfere na economia interna das empresas jornalísticas. Estabelece tratamento de exceção para trabalhadores de jornal e de algumas outras atividades, criando-lhes um regime de privilégios [...] intervém na vida econômica do jornal, suprimindo a liberdade de iniciativa.²⁹

O veto ao projeto que aumentava os níveis salariais dos jornalistas e corrigia algumas distorções do decreto-lei 7.037/44 e do 7.858/45 não teria ocorrido apenas em virtude de a proposta ser inconstitucional ou interferir na liberdade econômica ou organizacional das empresas jornalísticas, mas também por ser uma ótima oportunidade para Dutra manter a imprensa favorável a seu governo, evitando, assim, que os jornais passassem a fazer oposição à sua gestão.³⁰ Podemos afirmar que as relações políticas arcaicas, pau-

28 OESP, 1/7/1947, 1 e 2/8/1947.

29 DSP, 23/12/1947.

30 Isso é completamente compreensível quando observamos a força dos jornais e revistas no Brasil. No final de 1948, havia no país cerca de 950 jornais e 580 re-

tadas por interesses particulares e compadrios e dependência econômica dos jornais a governos constituídos subsidiaram e financiaram a modernização da imprensa brasileira, diferentemente do processo vivenciado pelos Estados Unidos, onde a publicidade possibilitou o desenvolvimento e modernização de grandes jornais, embora tal via não impedisse que a imprensa norte-americana estivesse livre do poder do dinheiro privado.

Entretanto, as relações que envolvem política e imprensa extrapolam o âmbito financeiro. Ao se alinharem a governos constituídos, os diários *JB*, *DSP*, *OG* e *FM* também estavam em busca da exclusividade das notícias oficiais, para, conseqüentemente, aumentarem seu poder de intervenção e aumentar suas posições nos campos político, cultural e jornalístico, além de conquistar mais adeptos para sua causa e um poder reconhecido por seus leitores ou anunciantes. Dessa forma, ao se alinharem ao governo Dutra, os quatro jornais deixaram de lado a conquista da (ou a aposta na) ampliação da autonomia em relação ao poder político constituído. Por sua vez, *OESP* e *CM* mantiveram certa independência, uma vez que ambos resistiram aos ditames políticos e econômicos governamentais, com vistas a conquistar certa autonomia em relação ao poder político e maior espaço para agir dentro dos campos jornalístico e político.

O governo e suas instâncias de poder não procuravam apenas obter a adesão das empresas jornalísticas a suas ações por meio da concessão de verbas públicas (publicidades e empréstimos federais), mas também por seu monopólio de informações oficiais, as quais, quando distribuídas com exclusividade a um jornal e publicadas por este antes dos outros, possibilitava-lhe destacar-se entre seus concorrentes.

Recorrendo a Bourdieu (1997, p.101-2), podemos observar que “essas informações são consideradas armas na luta que os opõe aos

vistas distribuídas em diferentes estados, sobretudo nas grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Esses órgãos poderiam representar um grande problema caso a maioria fizesse oposição ao governo.

jornalistas e na qual tentam manipular os detentores da informação para assegurar para si a exclusividade, conferindo-lhes condições de aumentar suas posições dentro do campo e poder de intervenção em outros campos de atuação como o cultural e o político”. Assim, o público leitor se transformou em consumidor dos produtos das grandes corporações jornalísticas, geralmente ligadas a governos ou a grupos políticos de elevado destaque político-social, mas um público leitor também consumidor de toda a linha industrial, informativa e ideológica dos jornais e dos grupos políticos vinculados a eles.

Concepções da democracia: entre a liberdade de imprensa e a autocensura

Após a queda do Estado Novo, as discussões acerca da democratização da vida político-nacional se avolumaram nas páginas da imprensa brasileira. Nesse período, os seis jornais analisados passaram a se posicionar e emitir pareceres favoráveis ao retorno da legalidade e atuaram como atores e produtores políticos com o intuito de universalizar interesses ideológicos e políticos e impor uma concepção de democracia particular como sendo geral. Dessa forma, as concepções de democracia defendidas pelos diferentes jornais analisados apresentavam diferenças, mas se assemelhavam em muitos pontos. Todos defenderam a queda do governo discricionário de Vargas, acreditaram que as novas condições políticas e sociais criadas internacionalmente exigiam uma nova condução política interna, eram favoráveis à anistia, à convocação da Assembleia Nacional Constituinte, eleições diretas, sufrágio universal e liberdade de imprensa, além de se afirmarem como anticomunistas, embora em níveis e formas de enfrentamentos diferentes.

Esses jornais consideravam o regime democrático e o capitalismo compatíveis com a dignidade dos indivíduos. Para eles, a construção da sociedade democrática estava baseada na eliminação do analfabetismo, na educação política das massas, na construção de uma nova consciência nacional, num governo baseado na ordem e harmonia

social e na eliminação do comunismo. Ao se referir aos comunistas, os periódicos asseguravam que não se poderia deixar a civilização e o progresso pacífico da humanidade à mercê de “elementos provocadores”, “demagogos”, “aventureiros que pretendiam frear a marcha democrática no Brasil”. As folhas concluíram que o comunismo não era compatível com os princípios democráticos, uma vez que se caracterizava pelo “uso da força, greves, insubordinações, desrespeito às liberdades individuais e por colocar o homem contra a religião”.³¹ A democracia, assim, era entendida pela imprensa brasileira como um governo baseado na livre vontade da nação, subordinada apenas à vontade moral e ao sentimento de justiça, pois esse regime se caracterizava como o governo do povo, pelo povo e para o povo, princípios que, segundo as folhas, não eram observados no regime comunista.

Além da eliminação do comunismo, os jornais analisados asseguraram que a elite e os partidos políticos tinham papéis fundamentais no processo de fortalecimento da democracia após a Segunda Guerra. Dessa forma, concebiam que, para a modificação da estrutura e da mentalidade política do país, as forças democráticas deveriam se preocupar com as massas, as quais precisariam ser catequizadas e instruídas sobre os perigos de se relacionar com os comunistas, bem como necessitavam ser educadas para a democracia. Assim, esses periódicos defendiam a realização de um trabalho com as massas, coordenado pela elite e partidos políticos de cunho democrático, para que se pudesse “elevá-las culturalmente” e “oferecer-lhes valores democráticos” por meio da educação formal. Para os jornais, os comunistas atingiam os miseráveis, desempregados e analfabetos e, dada a condição social e pouca educação destes para viver no regime democrático, conseguiam convencê-los a se engajar em seus “projetos provocadores”.³² Sob o título “Triste realidade”,

31 OESP, 7/3/1946, 7/7/1946, 7/1/1947, 23/8/1947, 16/11/1947; CM, 5/7/1945, 16/3/1946, 9/4/1946, 29/5/1946, 2/6/1946, 4 e 28/10/1946, 26/1/1947, 29/07/1947; JB, 7 e 30/11/1945, 10/5/1947; FM, 22/9/1945, 5/5/1946; DSP, 21/2/1946, 8 e 25/5/1946; OG, 6/5/1946 e 29/5/1947.

32 DSP, 4/9/1945; OESP, 20/12/1945, 7, 21/7/1946 e 3/11/1946; CM, 16/12/1945, 12/4/1947; JB, 7/9/1945; FM, 5/6/1945; OG, 29/5/1947.

os responsáveis pelo jornal *OESP* afirmaram na seção “Opinião da Imprensa” que “o índice de analfabetismo no Brasil atingia mais da metade da população brasileira em 1946”, e “isso representava uma barreira que impedia o desenvolvimento democrático do país, pois somente com a superação desses números era possível formar uma grande civilização e organizar o país dentro de um ambiente democrático”.³³

Como reflexo do objetivo “pedagógico” dos periódicos, aquele jornal, assim como a Igreja Católica, apresentou propostas para afastar as massas da ação dos comunistas e salvar o Brasil de suas ações extremistas. As propostas incluíam o fortalecimento econômico do país, investimento na esfera social e intenso trabalho na área educacional. Segundo *OESP*, para serem alcançados tais objetivos, não bastaria uma ação do governo na obra de eliminação dos comunistas, mas todas as classes sociais, e sobretudo a patronal, deveriam estar preparadas para enfrentar esse inimigo.³⁴

A partir do início de 1945, os Diários Associados passaram a defender o regime democrático e afirmaram que a democracia só poderia subsistir pela educação política do povo, pois o mesmo ainda não estava habituado a participar ativamente das tomadas de decisões políticas na sociedade. Para o diário, a partir da educação política, “o homem poderia se transformar num novo cidadão, adquirir consciência para poder resistir às imposições e voltar seu pensamento para o bem comum”.³⁵ Para a *FM*, a participação política de um analfabeto é limitada pela própria ausência de conhecimentos, que o impede de realizar outras tarefas que não sejam braçais. Dessa maneira, a folha de Nabantino Ramos conclamou as elites a participar de uma guerra inadiável contra o analfabetismo, pois acreditava que somente assim o Brasil poderia reencontrar os rumos do desenvolvimento econômico e a efetivação da democracia.³⁶ Já o *JB* e *OG* asse-

33 *OESP*, 26/3/1946.

34 *OESP*, 22/6/1946.

35 *DSP*, 4/9/1945.

36 *FM*, 26/2/1946.

guraram que a elite brasileira tinha um papel histórico importante no processo de restabelecimento da democracia, pois sempre havia contribuído com a evolução política, econômica e mental da nação, e, dessa vez, deveria assumir o papel de assegurar às massas a possibilidade de serem educadas para a vida democrática.³⁷

Embora os jornais acreditassem que a educação das massas deveria ser conduzida pelas elites, como meio de afastá-las do perigo totalitário e para formar um novo homem apto a viver no regime democrático, eles entendiam que a tarefa era longa e difícil, uma vez que existiam poucos partidos que desejavam a completa reordenação democrática nacional. Além disso, apontavam que um dos entraves para a reordenação democrática nacional era que o país havia saído recentemente de regime autoritário. Nesse período, a participação nas eleições passou a ser entendida como algo moralmente obrigatório, pois representava a contribuição de cada cidadão na tarefa de construir um “novo mundo” e de corrigir os erros cometidos pela ditadura. Para o *CM*, por exemplo, o voto era uma questão cívica, patriótica e de engrandecimento do regime democrático, porém tal direito deveria ser exercido de forma consciente e honesta pelas pessoas. Assim, o eleitor em geral era entendido como alguém que deveria ser educado para exercer seu direito, pois acreditava-se que ele não dispunha de consciência político-partidária para escolher os rumos políticos do país.³⁸

Conquanto reconhecessem a falta de habilidade das massas com a vida democrática, os jornais *OESP* e *CM* inferiam que o sucesso da democracia era determinado pela realização das eleições e da ampla participação popular nos pleitos eleitorais. Dias após o pleito de 1945, o *CM* publicou uma matéria bastante elucidativa acerca de seu posicionamento quanto à educação das massas, preconizando que esse processo educacional era determinante para a participação da população nas tomadas de decisões políticas. Embora tivesse manifestado satisfação com a realização das eleições, a matéria la-

37 *JB*, 7/9/1945 e 30/11/1945; *OG*, 1 e 6/6/1946.

38 *CM*, 27/9/1945 e 4/12/1945.

mentava o resultado que estava se delineando, ou seja, a vitória de Dutra, candidato do PSD e ligado ao regime deposto de Vargas. Para a redação do jornal, o resultado das eleições poderia ser explicado pela falta de cultura e pelo analfabetismo da população, “pois não foi o ouvinte do rádio, o habitante esclarecido, o participante dos comícios populares que foram os fiéis da balança, mas os bisonhos habitantes do interior, a alma anônima das ruas”. Para o jornal de Bittencourt, o que se podia observar no pleito eleitoral de 1945 “era o espetáculo doloroso de verdadeiros rebanhos humanos, marchando pacificamente para as urnas, guiados pelas mãos dos prefeitos municipais, que exerciam uma grande dominação sobre as massas incultas da população”. Dessa forma, o jornal defendia a ideia de que, para que uma verdadeira democracia no Brasil pudesse ocorrer, eram necessárias medidas como a intensificação do processo de educação do povo brasileiro, a fim de formar eleitores conscientes.³⁹ Apesar de admitir que as escolhas eleitorais da maioria deveriam ser respeitadas, *OESP* acreditava que as massas ainda não estavam preparadas para escolher seus candidatos nem viver dentro da legalidade constitucional. Como forma de superar esse despreparo, o jornal paulista avaliava que “a conquista das massas era o problema dos nossos dias”, pois deveriam ser educadas para a democracia e para o exercício do voto. Assim, definia que os “partidos políticos e as elites deveriam olhar para as massas” e “as propagandas políticas deveriam convergir para esse público, desacostumado com a vida democrática”.⁴⁰ Podemos afirmar, com Goldenstein (1987, p.36), que a oposição liberal que se formara contra o Estado Novo e que se organizaria, sobretudo a partir de 1945, principalmente em torno da UDN, não aceitava o sistema de cotejamento das massas. Além disso, com um ideário de classe média tradicional, os liberais não reconheciam a cidadania das classes populares, embora não as entendesse como inimigas, e sim como incapazes de tomar decisões políticas sérias, por serem facilmente manipuladas

39 *CM*, 16/12/1945.

40 *OESP*, 11 e 14/12/1945, 2/6/1946 e 21/7/1946.

pela demagogia dos políticos populistas. Sendo assim, para a elite liberal, a educação formal das classes populares era algo imprescindível para o desenvolvimento e amadurecimento do regime democrático no país, pois somente assim elas poderiam participar dos pleitos eleitorais e decidir o futuro do país.

Com efeito, as propostas político-pedagógicas da imprensa brasileira, que previam a alfabetização das massas, não estavam vinculadas apenas ao objetivo de fortalecimento da democracia na sociedade brasileira. É possível considerar que os jornais, ao defenderem a alfabetização da população, estavam em busca de um número cada vez maior de leitores, com o intuito de conquistar mais consumidores dos produtos jornalísticos e, conseqüentemente, desfrutar de posições mais elevadas nos campos jornalístico e político. Note-se que, na década de 1940, o rádio começava a alcançar a maior parte da população, em grande medida composta por analfabetos, e se firmava como um dos grandes captadores de anúncios no mercado publicitário brasileiro. No entanto, até o final daquela década, os jornais ainda despontavam como os maiores arrecadadores de verbas publicitárias; no entanto, essa posição passaria a ser constantemente ameaçada com o progressivo desenvolvimento do setor radiofônico.⁴¹

Contudo, a educação das massas configurou-se como um componente importante do pensamento clássico liberal. Para este, um dos principais benefícios do governo livre era justamente a educação da inteligência e dos sentimentos democráticos levados às classes populares, quando estas eram chamadas a tomar decisões que afetavam os grandes interesses do país. Para os jornais analisados era inadmissível a participação de pessoas que não soubessem ler nem escrever no processo eleitoral, uma vez que eram tidas como não tendo capacidade para escolher entre o certo e o errado.⁴²

41 Ver *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1949.

42 Sobre o tema foram consultadas as seguintes obras: Mill, John Stuart. *O governo representativo*. Brasília: Editora UnB, 1981; Bobbio, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988; Touraine, Alain. *O que é democracia?* Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

O articulista Mário Pinto Serva, de *OESP*, afirmou que “a Revolução Russa de 1917 só ocorreu porque na época a Rússia contava com cerca de 90% de sua população em estado de analfabetismo, o operariado russo vivia em condições sociais sub-humanas, onde existia apenas um partido político, Deus era blasfemado e não havia liberdade de imprensa, nem respeito à propriedade particular”.⁴³

Para as folhas pesquisadas, a educação das massas representava o processo fundamental para equilibrar a ordem e o progresso e, além disso, era responsável pela adaptação gradativa, mudança psicológica, garantia da liberdade individual, além da efetiva implantação do regime democrático no Brasil. Então, a centralização política, a política populista e o controle das massas por parte do Estado como elementos básicos da organização política nacional eram recusados pelos liberais da imprensa brasileira.

Além da tentativa de oferecer educação formal às massas com o intuito de fortalecer o regime democrático, o catolicismo representou um importante aliado das forças democráticas nacionais com vistas a incutir valores cristãos nos homens e convencê-los da necessidade de eliminação do que consideravam ideologias totalitárias, bem como da importância de se construir o regime democrático no país, contribuindo, assim, para a execução das propostas liberais.

Embora as propostas liberais para a educação preconizassem a existência de um estado laico, a substituição da fé pela ciência e a formação de uma moral independente, ocasionando, assim, o enfraquecimento político da Igreja e a perda do controle sobre a educação, havia algumas correntes liberais que valorizavam o protestantismo por seu apelo à razão e pela liberdade em interpretar os livros sagrados, proporcionando condições para a educação das massas, uma vez que o catolicismo negava a liberdade de pensamento (Capelato, 1989, p.153). É possível entender que, historicamente, a Igreja não defendia os princípios liberais, mas, no período analisado, uniu-se às correntes liberais e passou a agir junto com elas objetivando a eliminação do comunismo no Brasil.

43 *OESP*, 3/1946.

A cristianização do país vinha sendo realizada pelos católicos desde o início da colonização, mas com o fortalecimento da ideologia comunista e a necessidade de construção de uma sociedade mais harmoniosa e livre dos totalitarismos, a imprensa liberal passou a dar maior destaque aos valores cristãos em suas páginas e, portanto, aliava-se ao pensamento católico, uma vez que na Igreja havia segmentos que se destacavam na luta contra totalitarismos e autoritarismos. Assim, a imprensa liberal alegou que, diante das decisões tomadas pela civilização ocidental, a fé era importante elemento para enfrentar o totalitarismo (nazifascismo) e o materialismo ateu (comunismo) que ameaçavam o Brasil e o mundo. Isso explica a grande quantidade de matérias e colunas de cunho religioso publicadas pelos jornais durante o período compreendido por esta pesquisa. As folhas analisadas mantiveram colunas específicas e publicaram artigos e entrevistas de muitos líderes espirituais nacionais e estrangeiros, os quais divulgavam suas ideias religiosas e posicionavam-se politicamente, sobretudo a partir do momento em que as discussões acerca da Guerra Fria intensificaram-se. Vale ressaltar que *OESP*, *CM*, *DSP*, *JB* e *OG* apresentavam ligação com a religiosidade, especialmente o catolicismo, e publicavam seções, matérias e reportagens com a opinião de líderes católicos que, além de exprimirem suas ideias acerca da religião, opinavam sobre o atual momento político nacional. Em matéria extraída do jornal *Osservatore Romano*, órgão oficial do Vaticano, e publicada em *OESP*, a Igreja apresentou-se como um dos agentes no processo de construção da democracia, pois se denominava piedosa e rebelde às duras leis instituídas pelos homens, responsáveis pela escravização de inúmeros cidadãos. Assim, julgava-se também como a responsável pela formação da ordem social e pela formação da verdadeira democracia no Brasil.⁴⁴

De todos os jornais pesquisados, o *JB* e *OG* foram os que, por meio de seus proprietários, mantiveram relações mais próximas com a Igreja Católica e mais publicaram matérias de líderes reli-

44 *OESP*, 4/9/1946.

giosos em suas páginas, os quais exprimiram sua repulsa ao comunismo e a defesa do regime democrático. O *JB* concebia que a democracia deveria começar em casa, passando os princípios de geração em geração, se a sociedade não quisesse perecer sob o fluxo de ideias falsas e más. Além disso, acreditava que todos os povos do hemisfério podiam ter diferentes línguas e raças, mas estavam presos pela unidade política, religiosa e pelos interesses econômicos.⁴⁵ O jornal carioca apresentava intensa relação com o catolicismo, uma vez que seu diretor-proprietário, Pereira Carneiro, nasceu em uma família de católicos e recebera do papa o título de conde do Vaticano em 1919, por ter participado de diversos trabalhos assistenciais realizados pela Igreja, além de ter doado dez contos de réis para auxiliar no combate à gripe espanhola em 1918. Já *OG* concluía que, com o fim do Estado Novo, as pessoas deveriam ser evangelizadas, a fim de que o preço daquilo que adquirimos ou perdemos não fosse barateado pelas paixões políticas sem luz; somente assim não se perderia de novo a liberdade conquistada com o fim do Estado Novo.⁴⁶ Para o jornal, o aspecto religioso era a essência das motivações capazes de elevar o homem à dimensão de construtor da paz. Além disso, afirmava que os assuntos religiosos, notadamente os ligados à Igreja Católica, sempre receberam destaque em suas páginas, não apenas quando a religião era notícia, mas para torná-la notícia, levá-la aos homens e contribuir para a harmonia na sociedade.⁴⁷ Embora preocupada com a democratização da sociedade, a *FM* não esteve ao lado da Igreja Católica nessa tarefa, uma vez que Nabantino dispunha de formação religiosa protestante. Diferentemente de *OG* e *JB*, a folha paulista não se preocupou em publicar colunas específicas sobre religiosidade, matérias ou entrevistas de líderes da Igreja Católica com pareceres sobre o momento político nacional. Para Nabantino Ramos (1970, p.219), “a rotina dos cultos é de escasso interesse jornalístico e não com-

45 *JB*, 10/5/1945.

46 *OG*, 22/2/1945 e 1/6/1946.

47 Suplemento de Aniversário de *OG*, Rio de Janeiro, 29/7/1967.

portava seção. Mas se o jornal quisesse tê-la, para ser imparcial perante os leitores, os quais se dividiam por várias religiões, deveria tratá-las com igualdade”.

Podemos afirmar, ainda, que a base do pensamento liberal de *OESP* e *CM* foi formada a partir do modelo liberal inglês. Ao estudar e viajar constantemente a Londres e manter contatos com profissionais daquele país, os proprietários dos jornais, principalmente os dos referidos periódicos paulista e carioca, sofreram influências do ideário inglês e expressaram claramente sua simpatia por esse modelo. *OESP* evidenciou sua atração pelo modelo de democracia anglo-saxão. Para o jornal de Júlio de Mesquita, “o Brasil deveria se aproximar dos anglo-saxões, e seria ali que o país deveria buscar as raízes do regime democrático, pois representava respeito às garantias individuais, liberdade de expressão e existência de vida constitucional”.⁴⁸ Em entrevista concedida à emissora BBC e transmitida ao Brasil, Paulo Bittencourt deixou clara sua simpatia pelo modelo político inglês. Para o proprietário do *CM*, o espírito de sacrifício do povo inglês era exemplo de consciência política, senso social e patriotismo. Dessa forma, podemos concluir que o modelo liberal democrático e constitucionalista inglês determinou a concepção de democracia de *OESP* e *CM*, uma vez que ambos, historicamente, defenderam a legalidade e a constitucionalidade.

Entretanto, apesar de diferentes concepções sobre a mesma base ideológica liberal, é correto afirmar que, com o enfraquecimento da ditadura Vargas, todos os órgãos analisados declaravam-se defensores da democracia e da extensão do direito de participação política a todos os cidadãos. Nesse período, os jornais uniram suas forças para derrubar o inimigo comum, mas, com a conjuntura política que se formara a partir da queda de Vargas e, sobretudo, com a emergência do governo Dutra, eles posicionaram-se em defesa de seus interesses econômicos e políticos mais imediatos, alinhando-se a grupos, partidos ou projetos políticos próximos a seus interesses. Desse modo, o discurso democrático presente nas páginas dos

48 *OESP*, 10/8/1947 e 2/9/1947.

jornais tinha interesses bem definidos: a garantia ou conquista de benefícios políticos e econômicos particulares, bem como a conquista de posições elevadas dentro dos campos jornalístico e político, capazes de proporcionar aos jornais a condição de influir nas tomadas de decisões e, assim, atuar mais amplamente naquelas esferas. Seguindo as orientações de Pierre Bourdieu (2003), podemos afirmar que os jornais estão em constante concorrência, que se configura por excelência em uma luta pelo poder simbólico, pois o objetivo deles é tornar geral a visão de mundo e os interesses de um grupo particular. Sendo assim, ao indicar um modelo de democracia a ser seguido ou um conjunto de ideias políticas a ser interiorizadas por seus leitores, os jornais buscam a mobilização do maior número de agentes para sua causa, tendo em vista a conquista de posições elevadas no campo jornalístico capazes de lhes assegurar poder e distinção sobre seus concorrentes e, assim, a possibilidade de influir mais amplamente na política.

Contudo, embora os jornais da segunda metade da década de 1940 tivessem atingido um grau acentuado de organização e desenvolvimento, boa parte deles não se empenhou mais sistematicamente na conquista de sua autonomia em relação ao campo político; atuava e cumpria uma função complementar à política, agindo muitas vezes como porta-voz ou caixa de ressonância de partidos e/ou grupos políticos. O apoio ou a oposição de um jornal a governos constituídos eram importantes para garantir a sobrevivência do órgão, quer fosse por meio de empréstimos e incentivos, quer fosse pela publicidade oficial.

Cabe ressaltar que, com o fim do Estado Novo, a imprensa empunhou a bandeira da democracia e da liberdade de expressão. Assim, os jornalistas e proprietários de jornais não estavam defendendo a supressão da censura e a completa democratização da sociedade, mas a eliminação destas como atributo exclusivo do Estado, para poder, assim, criar representações do mundo social e interferir com mais precisão nos campos jornalístico e político nacional, segundo interesses econômicos e políticos imediatos ou mais amplos dos proprietários de jornais e dos grupos econômicos aos

quais as folhas estavam ligadas ou com os quais mantinham relações comerciais.

Ao defenderem a liberdade de imprensa, os jornalistas usam-na para impor-se como segmento significativo do empresariado que, como os demais, almeja parcela de poder. Assim, esses profissionais procuram manter relações próximas com o Estado e conseguir espaço para seu produto no mercado geral capitalista, pois, à medida que se formam os grandes conglomerados jornalísticos, eles passam a exercer um comportamento monopolista e impor uma visão particularizante de mundo (Marcondes Filho, 1986, p.96-101). Os jornais e jornalistas, na verdade, pleiteavam o poder de censura para si, com o objetivo de silenciar os grupos oposicionistas que estavam por trás dos acontecimentos. A censura nas empresas de comunicação ocorre por motivos particulares de controle e dominação, manifestando-se, por sua vez, nas notícias que prejudicam interesses de seus anunciantes, que atentam contra setores governamentais que se relacionam com diretores e proprietários de jornais, ou que criticam posições ideológicas expressas no corpo editorial dos periódicos.

Como vemos, a censura não é apenas realizada pelo Estado em regimes de exceção; ela é exercida pela própria empresa de comunicação ao descartar a possibilidade de publicar textos ou informações que prejudiquem seus anunciantes, diretores ou até mesmo os governos simpáticos à linha editorial do jornal. Além disso, à medida que ocorre a concentração de poderes por parte da mídia e as relações entre governos e proprietários de jornais se intensificam, agentes opositores ao governo são censurados e impedidos de participar das discussões e do próprio jogo político, uma vez que não têm a possibilidade de barganhar com o Estado nem receber publicidades e anúncios estatais, empréstimos e cargos governamentais; dessa forma, sua permanência no campo jornalístico fica comprometida. Assim, além da censura estatal e empresarial, podemos afirmar que existe ainda a censura realizada pelo próprio campo jornalístico, já que define os padrões e regras para a entrada e a atuação nessa esfera.

A partir do momento em que os jornais passam por um intenso processo de modernização e transformações técnicas, põem-se a determinar regras para a redação, adquirem aparelhagens mais sofisticadas e desenvolvidas, dão curso a um processo de divisão interna do trabalho e, no caso específico, obtêm padrões da imprensa norte-americana capazes de proporcionar maior dinamismo e objetividade em seus textos, a concorrência obriga-os a se equipar e se modernizar para não perder sua posição dentro do campo ou, até mesmo, ser eliminados dele; então, a relação com o governo torna-se fundamental. De acordo com Bahia (1964, p.108), há três pontos principais que explicam a fonte de receita da imprensa: a publicidade, os grupos econômicos e os leitores, seja por meio de venda avulsa ou assinaturas. No entanto, é importante entender que, no momento pesquisado, os jornais, sobretudo *OG*, *JB*, *DSP* e *FM*, estavam vivenciando uma fase de consolidação no mercado, a publicidade despontava timidamente em âmbito nacional e as vendas avulsas e assinaturas não eram volumosas o suficiente para manter os jornais e lhes proporcionar condições de reestruturação de seu parque técnico e gráfico. Dessa forma, podemos afirmar que, além das fontes de receita apontadas por Bahia, as subvenções e ajudas governamentais foram importantes meios e instrumentos para manter o funcionamento e a estabilidade dos periódicos. Caso eles não mantivessem essa relação política com o governo para obter anúncios e empréstimos oficiais, além da cobiçada propaganda de empresas particulares, dificilmente poderiam sobreviver no tão difícil e competitivo mercado jornalístico que se abria no pós-guerra. Assim, à medida que *DSP*, *FM*, *JB* e *OG* deixavam-se enredar na dependência para com os governos, abandonavam expedientes que pudessem lhes garantir ou ampliar sua autonomia com relação ao poder político. Dentro desse quadro, muitos dos assuntos e tratamentos jornalísticos sofriam restrições nas páginas dos quatro periódicos, sempre pautados pela censura de seus proprietários em razão da dependência para com o poder oficial.

Assim, a partir da década de 1940, o jornalismo brasileiro manteve a atuação ligada a grandes forças econômicas e sociais e ca-

racterizou-se por ser um canal de divulgação de ideias de grandes conglomerados econômicos, ou seja, o mercado publicitário que anuncia nos jornais e, de outro lado, de grupos políticos que almejam emitir suas opiniões subjetivas e particularistas. Dessa forma, embora o Estado e a imprensa sejam considerados instituições independentes e funcionem como organizações separadas, os agentes ligados a essas instituições e que as operam muitas vezes não se distinguem, pois suas conexões vêm da origem de classe, de ideologia e dos interesses políticos, econômicos e sociais comuns. Embora sejam consideradas instituições independentes, caracterizam-se pelos mesmos objetivos e interesses, os quais são às vezes defendidos e demandados por meio de concorrência e tensões (Bourdieu, 1997, p.30-1).

Práticas democráticas vistas e revistas pelos jornais

Os acontecimentos ligados à Segunda Guerra determinaram os rumos dos eventos políticos nacionais. Em sua visita de inspeção às tropas da Força Expedicionária Brasileira na Itália durante o conflito mundial e após o contato com vários líderes militares das forças aliadas, o então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, sentiu a necessidade de modificações nos rumos políticos do país. Ao chegar ao Brasil, tratou de comunicar suas impressões ao presidente Vargas, alertando-o sobre a necessidade de uma nova política no país. Para o ministro, era uma incongruência o Brasil combater as forças totalitárias nos campos de batalha europeus e, internamente, privar a população do direito de escolher democraticamente seus candidatos. Concordando com as opiniões de Dutra e sentindo o clima de transformações políticas que se operava em todo mundo, Vargas passou a se articular com seus ministros, entre eles Marcondes Filho e Agamenon Magalhães, com o intuito de encontrar soluções para resolver o problema. Entre as medidas estudadas estavam a concessão de anistia aos presos políticos e a assinatura do Ato Constitucional nº 9, o qual sinalizava para uma tímida refor-

mulação constitucional. Dessa forma, a partir dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas, logo no início de 1945, procurou por todos os meios tomar das mãos dos liberais a condução do processo de “democratização” nacional. No entanto, a situação do governo não era fácil, pois já não era possível conter os movimentos oposicionistas que exigiam cada vez com maior intensidade o fim da ditadura e a implantação da liberdade de imprensa e de expressão (Silva, 1976, p.124-5). Como forma de enfrentar as reivindicações oposicionistas, Vargas procurou, a seu estilo, conduzir o país rumo à democratização, mas ainda manteve elementos da estrutura política centralizadora implantada durante o Estado Novo. À frente do processo de democratização do país, em 28 de fevereiro de 1945, o presidente assinou a Lei Constitucional nº 9, também conhecida como Ato Adicional, com o intuito de deixar claro para as forças oposicionistas que o processo de democratização do país partia do próprio governo. Embora configurasse uma manobra política de Vargas para controlar os rumos políticos do país, a lei representou um avanço no processo de abertura democrática, pois modificou parágrafos referentes à intervenção federal nos estados, modificou o funcionamento e a composição do Poder Legislativo, além de fixar o prazo de noventa dias para a realização das eleições diretas para presidente da República, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas estaduais. Para Silva (1976, p.113), havia uma diferença entre o que pretendiam os autores da Lei Constitucional e os seus críticos. Para os autores da lei, o objetivo era estabelecer as condições para a criação das bases do segundo período governamental de Vargas. Por sua vez, para os opositores, era necessário eliminar qualquer influência do Estado Novo na sociedade; assim, criticavam sua própria origem, pois, para os opositores liberais, a Lei Constitucional padecia dos mesmos males da Constituição de 1937, já que havia sido imposta de cima para baixo.

Exceto *OESP*, por conta de estar sob intervenção federal, todos os demais jornais analisados colocaram-se na oposição à Lei Constitucional e recebavam o controle do processo eleitoral por Vargas. Para *DSP*, *FM*, *OG* e *JB*, a Lei Constitucional era a expressão da

vontade individual do chefe do governo, ou seja, não era entendida pelas folhas como responsável pela democratização do país, mas como capitulação totalitária de Vargas. No entanto, entendiam que a única contribuição da lei seria a restituição do direito do voto e a convocação de eleições diretas.⁴⁹ Ao publicar a importante entrevista de José Américo, o *CM* deixou bem clara sua opinião em relação ao Ato Adicional nº 9: “Já todos sabem o que se está passando clandestinamente. Forja-se um método destinado a legalizar poderes vigentes, a manter interventores e demais autoridades políticas pela consagração de processos eleitorais capazes de coonestar essa transformação aparente”.⁵⁰ Por sua vez, enfraquecida a censura governamental sobre a imprensa, *OG* publicou entrevista do udenista Prado Kelly, a qual se coadunava com a opinião do jornal sobre a lei. O líder udenista rechaçou a possibilidade de Vargas conduzir e manipular o processo eleitoral em nome de sua continuidade no poder, antes mesmo de assinada a lei:

É inegável a deficiência na enunciação das fórmulas e dos alvitres, e o propósito de fazer acreditar que estamos em transição normal para algumas franquias quando o que se está em mira é uma teórica transformação que o governo quer empreender contra ele mesmo, para defender-se instintivamente e retardar uma evolução irresistível das coisas.⁵¹

Os cinco periódicos exigiam o afastamento do chefe do governo e de seus mandatários nos estados e municípios, pois receavam o controle do processo eleitoral pelos agentes da ditadura estadonovista. O objetivo precípua da imprensa era participar do processo de democratização nacional, para influenciar diretamente nos acontecimentos políticos nacionais. Durante o Estado Novo, *OESP*, sob intervenção governamental e funcionando como um

49 *DSP*, 2/3/1945; *FM*, 23/2/1945; *JB*, 29/2/1945.

50 *CM*, 23/2/1945.

51 *OG*, 27/2/1945.

dos principais órgãos oficiosos da ditadura, defendeu os atos de Getúlio Vargas nas esferas política e econômica. Para o jornal, as condições mundiais aconselhavam a realização de eleições, a instalação dos trabalhos no Congresso Nacional e a gradual democratização da sociedade. No entanto, o jornal buscou associar as transformações políticas que se processavam nos âmbitos interno e externo à benevolência de Vargas. Sendo assim, passou a classificar o governo Vargas como benéfico para o país, pois, para a folha paulista, “o governo havia sido o responsável pelo aumento de recursos financeiros e de exportações industriais, tomava medidas visando o incremento da agricultura e da indústria, o trabalhador estava sendo mais bem remunerado”; além disso, outorgava ao chefe da nação a “responsabilidade pela convocação de eleições diretas”. Sendo assim, entendia que o retorno à vida político-partidária, bem como à democratização do país, eram benefícios políticos concedidos pelo governo Vargas aos trabalhadores brasileiros. É importante observar que, ao tentar conduzir o processo de abertura política e convocar eleições diretas, Vargas respondia às aspirações populares e às críticas ao regime e, assim, colocava-se como responsável pela criação das condições que garantiriam a democratização do país.⁵²

Entretanto, a partir do enfraquecimento do Estado Novo, as correntes democráticas nacionais encontraram mais espaço para questionar a ordem vigente e exigir a democratização nacional. Em 10 de março de 1945, os jornais publicaram o Manifesto dos Jornalistas ao Povo Brasileiro, definindo posição do órgão diante dos acontecimentos políticos nacionais. Assim, os jornalistas sentiram a necessidade de definir publicamente sua posição e atestaram:

Sem liberdade política, sufocados pela censura, conservando íntegras as nossa convicções democráticas, tínhamos sido reduzidos ao silêncio e à impotência. Padecendo, como as demais classes, as consequências do asfixiante aparelho estatal de 10 de novembro, nosso maior sofrimento decorreria, justamente, de não podermos traduzir o

52 OESP, 2/1945, 27/3/1945 e 4/1945.

martírio do povo, tolhido nos seus mínimos direitos, sob o peso da tirania. Nunca, em qualquer outro período de nossa história, atravessamos uma situação mais sombria que no eclipse 1937/1945. Aos jornais cassara-se, discricionariamente, o exercício da livre crítica – que é o oxigênio da democracia. (Silva, 1976, p.100)

Como forma de amenizar as críticas e pressões sociais, continuar controlando o processo de democratização nacional e conquistar o apoio das classes populares e de setores políticos nacionais, Vargas decretou a anistia política em 18 de abril de 1945, beneficiando inúmeros presos e exilados políticos que haviam sido detidos durante a vigência do Estado Novo. O decreto da anistia contou com o apoio de todos os jornais analisados e reacendeu a esperança pelo retorno à legalidade democrática. Porém, não sem as desconfianças da imprensa quanto à possibilidade de Vargas continuar controlando a vida política nacional e realizar manobras de cunho eleitoral.

Além de ser o primeiro jornal a publicar o texto do decreto da anistia, pois era o único jornal à época que contava com uma edição às dezoito horas, *OG* defendeu a anistia política em suas páginas e avaliava que a mesma representava um grande passo na evolução democrática do país, uma vez que não existia “democracia sem liberdade política e de expressão”.⁵³ A *FM* afirmou que era favorável à anistia e que o decreto representava um recuo da ditadura, e que “a concessão do benefício aos presos políticos não era por vontade espontânea de Vargas, mas pela mesma razão que o levava a convocar eleições e retocar a Constituição por meio do Ato Constitucional nº 9: o clima de democracia que dominava o mundo inteiro”.⁵⁴ Entendendo o decreto que concedia a anistia aos presos políticos como uma grande vitória da opinião pública e medida de grande avanço moral e político, o *DSP* noticiou a assinatura do decreto com grande entusiasmo e fez prognósticos de que o Brasil muito em

53 *OG*, 18/4/1945.

54 *FM*, 1/4/1945.

breve atingiria a democracia por completo. O jornal publicou notícias e matérias sobre passeatas ocorridas nas ruas de São Paulo em apoio ao decreto, enquetes e opiniões de líderes religiosos e políticos do país, como a do arcebispo metropolitano de São Paulo.⁵⁵ O *CM* noticiou a assinatura do decreto da anistia com grande satisfação, estampando na primeira página a imagem de Prestes deixando a prisão, além de listar todos os beneficiados pelo ato do governo.⁵⁶ Para o *JB*, a assinatura do decreto fora feita depois que se tornou firme a convicção de que o âmbito político marchava para a reintegração do Brasil aos princípios democráticos, únicos compatíveis com a índole do povo brasileiro. Para o jornal: “por todos os lados se observava uma sensação de alívio e desafogo, a satisfação se estampava em todos os semblantes, pois o povo estava certo de que caminhávamos para um pleito eleitoral em que realmente a nação poderia ser ouvida”.⁵⁷

Antes mesmo de decretar a anistia e com vistas a controlar o retorno do país à legalidade política, Vargas criou a Lei Eleitoral, para regulamentar os partidos políticos, a Justiça Eleitoral e organizar todo o processo eleitoral com vistas à realização das eleições. De acordo com Silva (1976, p.151), em 15 de março de 1945, Vargas procurou tomar a frente dos acontecimentos e nomeou uma comissão de juristas e técnicos para elaborar a legislação eleitoral para as próximas eleições. No entanto, somente em 28 de maio de 1945 foi assinado o decreto-lei 7.586, que regulamentou o alistamento eleitoral e as eleições a serem realizadas em dezembro daquele ano. Além disso, determinava as condições para os cidadãos serem eleitores, estruturava a Justiça Eleitoral e determinava o voto obrigatório e secreto. Vale ressaltar que, a partir da criação do Código Eleitoral, novos partidos surgiram em âmbito nacional. Dessa forma, marcadas as eleições para 2 de dezembro de 1945, doze partidos políticos se inscreveram para participar do pleito eleitoral; den-

55 *DSP*, 19/4/1945.

56 *CM*, 18 e 19/4/1945.

57 *JB*, 19/4/1945.

tre eles, destacavam-se o Partido Comunista do Brasil (PCB), União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os dois últimos criados por Getúlio Vargas, mas com base sociopolíticas distintas.

Entretanto, à medida que Vargas conduzia o processo de “abertura política”, também tentava se beneficiar politicamente, conquistar o apoio das massas e de setores políticos nacionais a seu projeto de continuidade no poder. Reconhecendo o importante papel desempenhado pela União Soviética ao lutar ao lado das forças aliadas durante a guerra, o governo brasileiro reatou as relações diplomáticas com o país comunista em 1º de abril de 1945, sob os aplausos da imprensa brasileira. Esta entendia a URSS como uma grande potência que poderia trazer muitos benefícios econômicos ao Brasil. Para Houaiss (1985, p.10), o governo Vargas compreendeu que tomar a iniciativa de reatar relações com a URSS era algo que seria bem aceito pela opinião pública nacional e de que ele poderia se beneficiar em seus projetos de continuísmo ou de implantação de uma nova ordem institucional no país, buscada pelos diversos setores sociais.⁵⁸ Embora não compactuassem com a ideologia comunista, todos os jornais analisados defenderam o reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS, pois acreditavam que a nova conjuntura política nacional e internacional era propícia para o reordenamento mundial em torno da paz e colaboração mútua entre as nações.⁵⁹ Assim como seus congêneres, *OESP*, então sob intervenção do governo Vargas, felicitou o reatamento de relações com a URSS e, a partir de então, passou a publicar matérias elogiosas àquele país. A “Rússia” foi classificada pelo jornal como “uma nação que cooperava com nações amigas para a propa-

58 Getúlio Vargas tratou o reatamento com a URSS com muito cuidado e escolheu o diplomata Mário de Pimentel Brandão para assumir o cargo de embaixador em Moscou. Pimentel tinha experiência na carreira diplomática, foi ministro de Estado do governo Vargas entre 1936 e 1937, sendo um dos signatários da Carta de 1937 e, portanto, pessoa de confiança de Vargas.

59 *OG*, 3 e 4/4/1945; *JB*, 4/4/1945; *DSP*, 4/4/1945; *CM*, 4 e 5/4/1945; *FM*, 4/4/1945 e *OESP*, 4/4/1945.

gação da paz”. Entretanto, o jornal entendeu o reatamento de relações com a URSS para além de sua importância para a implantação da paz. O órgão paulista observou o reatamento de relações diplomáticas com a URSS a partir da ótica do interesse comercial. Em editorial, afirmou que a aproximação entre URSS e Brasil teria surgido no momento adequado e propício para o aprofundamento de relações comerciais entre os dois países.⁶⁰ Por sua vez, a *FM* declarou que, após a guerra, ocorreu uma reviravolta na opinião pública sobre a URSS. Antes do conflito, a imprensa classificava o país como autoritário, anticristão e revolucionário. Em editorial, Nabantino Ramos alertou sobre os cuidados que a imprensa deveria ter por elogiar exaustivamente os russos após a guerra, pois os mesmos exageros que eram ditos a respeito da URSS antes do conflito poderiam ser repetidos agora em forma de louvores.⁶¹ Contudo, os elogios da imprensa brasileira referentes à participação da URSS na guerra ocorreram até o momento em que as discussões acerca da Guerra Fria passaram a ocupar as atenções dos jornalistas. A partir de então, os soviéticos passaram a ser tratados como totalitários e inimigos da democracia.

O apoio da imprensa ao reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS está ligado ao clima predominante do imediato pós-guerra, ou seja, havia a preocupação de diversas nações e da Organização das Nações Unidas, bem como da imprensa liberal, pela manutenção da paz, cooperação mútua entre as nações e o estabelecimento da democracia em âmbito mundial.

A aproximação do governo brasileiro com o da URSS foi importante para modificar o relacionamento entre o governo e os comunistas no Brasil. Dada a situação de transformações políticas e econômicas que se verificavam internacionalmente, os comunistas solicitaram seu registro provisório ao Tribunal Superior Eleitoral em 3 de setembro de 1945, apresentando um programa em que afirmavam ser um partido de trabalhadores, dedicado à luta pela

60 *OESP*, 4/1945, 5/1945 e 7/1945.

61 *FM*, 4/4/1945.

emancipação econômica, política e social do Brasil. Ocorreram, então, manifestações reacionárias contrárias a legalização do partido. Apesar disso, em outubro de 1945, o Tribunal Superior Eleitoral acatou o pedido dos comunistas e autorizou o funcionamento legal da agremiação política, abrindo um ciclo de legalidade e participação eleitoral ao partido que duraria até maio de 1947. Ao restabelecer relações diplomáticas com a URSS e reconhecer a atividade político-partidária do PCB, Vargas deu mais uma demonstração de seu interesse em conduzir o processo eleitoral e os destinos políticos do país na nova conjuntura política que se inaugurara no pós-guerra. Procurava, assim, cada vez mais se aproximar dos comunistas, com o intuito de conquistar apoio para o seu projeto de continuidade no poder.

Vale destacar que a postura pacífica dos comunistas após a anistia contribuiu para a aproximação com Vargas. Em 23 de maio de 1945, o PCB realizou um grande comício no estádio de São Januário, que reuniu populares e líderes esquerdistas de vários países latino-americanos. Em seu discurso, Prestes já deixava clara a linha de conduta dos comunistas a partir daquele momento. Na oportunidade, o líder comunista afirmou que o comício era, acima de tudo, uma festa antifascista e representava “a primeira vitória da democracia no Brasil, além disso, a anistia era entendida por ele como uma conquista do povo, mas também uma obra de Vargas que havia voltado atrás nas suas tendências e convicções inaceitáveis”, além de ter vivenciado dificuldades criadas pelos reacionários, “mas preferiu ficar com o povo”, cortar relações com o Eixo, estabelecer relações com o governo soviético e conceder a democracia ao povo brasileiro. Além disso, Prestes afirmou que Vargas era:

o responsável pela libertação do povo brasileiro, era patriótico e defensor de nossos imediatos interesses. E por estar convencido disso, era necessário estender as mãos a todos os homens honestos, democratas, progressistas e sinceros, para alcançar a verdadeira união nacional para a completa eliminação do fascismo e, para tanto, seria necessária a

união entre comunistas e a burguesia para a implantação da verdadeira democracia no Brasil.⁶²

Vale ressaltar que, após o discurso em São Januário, a imprensa, sobretudo *CM*, *DSP*, *FM* e *OG*, teceu profundas críticas ao líder comunista. Para Nabantino Ramos, Prestes “continuava fiel ao ideário que o levava ao cárcere, pois ainda pregava a organização do povo em amplos comitês ou comissões de trabalho e ainda declarava simpatia ao marxismo-leninismo e a Vargas”.⁶³ *OG* e *DSP* concordavam que Prestes tinha um grande prestígio junto ao povo, que o comício em São Januário fora “algo formidável” e que um novo fenômeno ganhava força na sociedade: “o prestismo”.⁶⁴ Entretanto, o *DSP* criticou o discurso e o comportamento do líder comunista após ter deixado a cadeia. Em artigo publicado na folha de Assis Chateaubriand, o político Afonso Arinos concluiu que o prestismo e a aliança dos comunistas com Vargas representavam uma ameaça à estabilidade política e social do Brasil, pois poderia levar “as massas apaixonadas a um apoio personalista violento, desencadeando um colapso reacionário”. Nesse sentido, o *CM* afirmou que Prestes, ao propor a organização do povo em comitês, objetivava realizar a “sovietização” do Brasil. Além disso, o jornal carioca criticou a aproximação de Prestes com Vargas e o fato de o líder comunista classificá-lo como o responsável pela concessão da anistia e ter sido o condutor da abertura democrática.⁶⁵

No entanto, à medida que Prestes e o PCB passaram a defender uma Constituinte com Getúlio e se uniam àqueles que queriam a continuidade de Vargas no poder, os jornais passaram a atacar violentamente os comunistas e tentaram desqualificar a figura de Prestes. Enquanto *OESP* se referia a Prestes como um dos perfei-

62 Todos os jornais analisados publicaram na íntegra ou comentaram sobre o discurso do líder comunista no comício. *CM*, 24/5/1945; *OESP*, 24/5/1945; *JB*, 24/5/1945; *OG*, 24/5/1945; *DSP*, 24/5/1945 e *FM*, 24/5/1945.

63 *FM*, 26/5/1945.

64 *OG*, 24/5/1945.

65 *CM*, 24/5/1945.

tos conhecedores dos problemas sociais e exaltava sua capacidade de líder político, além de reconhecer a força política do PCB e classificar a URSS como uma importante aliada política e econômica, uma vez que lutou ao lado das forças aliadas no final na guerra,⁶⁶ *CM*, *DSP*, *JB*, *OG* e *FM* publicavam críticas sobre o líder comunista e seu partido e demonstravam preocupação com a aproximação entre os comunistas e Vargas.

Para o *CM*, o objetivo de Prestes era realizar um jogo político, pois para ele a ordem interna dependia da ordem externa e, dada a vitória da democracia no âmbito internacional com a colaboração da URSS, o líder comunista objetivava aumentar o prestígio dos soviéticos e, conseqüentemente, dar um golpe comunista no Brasil, além de preparar o terreno para a revolução marxista-leninista e aproveitar ao máximo a aliança com Vargas para atingir seus objetivos ideológicos e políticos.⁶⁷ A *FM* declarava que Prestes e o PCB estavam assumindo uma atitude estranha ao apoiar a Constituinte com Getúlio e defender o adiamento das eleições presidenciais. Dessa forma, os comunistas e Vargas foram responsabilizados pelo jornal pelo atraso do restabelecimento da democracia no Brasil.⁶⁸ Para o *JB*, ao engrossar as fileiras do movimento queremista e ter defendido a união nacional em torno de Vargas, o PCB “negava os propósitos e malefícios da ditadura e não contribuía com o retorno da democracia”.⁶⁹ Embora reconhecesse a liderança política de Prestes e classificasse seu retorno ao cenário político como um fenômeno histórico, o *DSP* criticou veementemente o líder comunista por suas ideias revolucionárias, bem como por sua disposição em aliar-se com o governo, defendendo uma Constituinte com Vargas. Ao classificar o governo de Vargas como fascista, Chateaubriand afirmou que o comunismo pouco ou nada diferia do fascismo ou do

66 Entre os meses de abril e outubro de 1945, o jornal publicou muitas matérias em que criticava Prestes e a ligação do PCB com Vargas.

67 *CM*, 28/4/1945.

68 *FM*, 5/6/1945.

69 *JB*, 6/9/1945.

nazismo, pois ambos eliminavam os direitos do homem e, portanto, a essência dos três regimes era a ausência da representação popular, além de fundarem-se no poder pessoal de um ditador.⁷⁰

Conquanto seu projeto de continuidade fosse alvo de críticas por parte da imprensa e de diversos setores sociopolíticos, Vargas passou a contar com significativo apoio do recém-legalizado Partido Comunista do Brasil e do Partido Trabalhista Brasileiro, este fundado por ele próprio. É importante notar que Vargas fazia um jogo duplo, pois, de um lado, apoiava a candidatura de Dutra, e, de outro, articulava com outras forças políticas sua manutenção no poder, estimulando os movimentos populares a apoiarem seu projeto de continuidade. Dessa forma, nascia o movimento popular conhecido como *queremismo*, que exigia a elaboração de uma Constituição com Getúlio no poder e o pressionava a se desincompatibilizar e concorrer às eleições presidenciais.

A partir da gestação e constituição do movimento *queremista*, a imprensa brasileira publicou matérias denunciando que o movimento era composto por pessoas ligadas ao Estado Novo e, portanto, contrário ao restabelecimento do regime democrático no Brasil, além de servir aos interesses autoritários de Vargas. O *Diário de Notícias*,⁷¹ por exemplo, conhecido por ter a maior tiragem do Distrito Federal, afirmou que a propaganda do “Queremos Getúlio” baseava-se em toda propaganda demagógica do Estado Novo, na tentativa de fazer as massas acreditarem que Getúlio era o pai dos pobres e amigo dos operários, ocultando a verdade sobre ele. Além disso, a folha acreditava que Vargas, para se manter no poder e continuar enganando a população, seria capaz de dar aos pobres quantos aumentos de salários achasse necessário. E o diário de Orlando

70 DSP, 2/6/1945.

71 O *Diário de Notícias* foi fundado por Orlando Dantas, Nóbrega da Cunha e Alberto Figueiredo Pimentel Segundo em 12 de junho de 1930. Em poucos anos se tornou a folha de maior tiragem do então Distrito Federal. Durante o Estado Novo, foi um dos poucos órgãos da imprensa que recusou receber subvenções do DIP, postura essa que fez com que o jornal se tornasse admirado até mesmo por seus concorrentes.

Dantas ainda denunciava que Vargas, durante o Estado Novo, tinha sido amigo dos ricos, pois concedera aumento de preços a vários produtos produzidos por empresas elitistas, entre elas a Light, a qual obtivera aumento de taxas de seus serviços – telefone, luz, energia e gás –, além da Empresa Leopoldina, que havia recebido aumentos nos preços de passagens, fazendo com que essas empresas batessem recordes de faturamento e triplicassem o custo de vida da população pobre.⁷² O *CM* seguiu a mesma linha de seu concorrente carioca e afirmou que a legislação trabalhista era o cavalo de batalha dos que defendiam o Estado Novo, pois ela concedia inúmeros benefícios à população com o intuito de cooptá-la e manobrá-la para garantir o apoio em favor da continuidade de Vargas no poder.⁷³

Vale destacar que o movimento queremista recebeu veementes críticas de todos os jornais analisados, exceto *OESP*, que no período encontrava-se sob intervenção do governo e servia como folha oficiosa. Nesse período, os raros espaços que se destinavam ao comentário político nacional eram ocupados por Mário Guastini, um dos responsáveis pela nova direção do jornal, diretor do DIP e responsável por uma coluna política diária. Guastini publicou textos defendendo o presidente das pesadas acusações e críticas que vinha sofrendo, sobretudo a partir do início de 1945. No momento em que as críticas ao regime estadonovista, bem como ao queremismo, avolumavam-se, Guastini saiu em defesa de Vargas e atacou a UDN:

Os comandantes e soldados da UDN são homens bem extravagantes. Dizem-se intransigentes democratas, batalham tardiamente pela liberdade, mas por uma liberdade exclusivista: só para eles. Falam e escrevem o que entendem, atirando pedras contra tudo e contra todos, agridem, distorcem a verdade, desvirtuam coisas, deformam pessoas. Nada respeitam. Os seus discursos e entrevistas provam a cada passo o que vimos dizendo.⁷⁴

72 *Diário de Notícias*, 22/5/1945.

73 *CM*, 8/5/1945.

74 *OESP*, 22/6/1945.

Contudo, o objetivo de Vargas em permanecer no poder não seria nada fácil de ser concretizado. Percebendo a fragilidade política em que se encontrava o regime estadonovista no início de 1945, bem como as movimentações continuístas de Vargas, as oposições, especialmente a UDN, começaram a se articular e, pouco a pouco, colocavam-se como as alternativas para a solução da crise vivenciada pelo país, requerendo para si a condução da transição política nacional. Por isso as forças liberais oposicionistas uniram-se em torno de um nome que poderia trazer o apoio militar; buscavam o apoio de militares que estavam insatisfeitos com o Estado Novo, entre os quais se destacava Eduardo Gomes, que havia participado dos movimentos revolucionários de 1922, 1924 e 1930. Mesmo tendo sido anunciado por José Américo como o candidato das oposições, em 22 de fevereiro de 1945, e na entrevista concedida ao jornalista Carlos Lacerda, foi somente em 17 de abril de 1945 que o brigadeiro Eduardo Gomes fez seu primeiro pronunciamento como candidato à Presidência da República. É possível afirmar que, durante a articulação do nome de Eduardo Gomes para representar as oposições, os jornais consultados ainda se viam obrigados a ocupar-se com a publicação de matérias relacionadas ao desenvolvimento da guerra, aos problemas do custo de vida e à política internacional, sem poder abordar de maneira aprofundada os acontecimentos políticos nacionais. Somente a partir do fim de abril de 1945, os jornais passaram a publicar matérias sobre a candidatura de Eduardo Gomes, pela UDN, e a de Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD, passando a posicionar-se mais claramente sobre os rumos político-eleitorais do país.

Embora os udenistas se declarassem representantes das classes populares, a candidatura de Eduardo Gomes representara a elite e a classe média, parcelas sociais que não contavam com a confiança integral do Estado Novo. Já a candidatura de Dutra era articulada pelas forças estadonovistas desde o início de 1945. Alertado pelo ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, sobre o fortalecimento da candidatura de Gomes dentro das Forças Armadas, e percebendo a visibilidade alcançada pela candidatura udenista a partir do

apoio declarado dos grandes órgãos da imprensa liberal, Vargas tratou de articular a candidatura de seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, à Presidência, como forma de frear o apoio de algumas correntes militares ao brigadeiro. Além disso, o presidente objetivava tomar a frente do processo de democratização e ter a possibilidade de continuar a influir nos rumos políticos do país, uma vez que as críticas a seu governo se intensificavam, tornando seu projeto continuísta praticamente impossível. Após declarar a Dutra que não tinha interesse em disputar a reeleição, Vargas delegou a Benedito Valadares, então interventor de Minas Gerais, a tarefa de encontrar-se na capital paulista com o interventor de São Paulo, Fernando Costa, para promover o lançamento oficial da candidatura de Dutra, fato que ocorreu em 13 de março de 1945.⁷⁵ Assim, a estratégia dos líderes do Estado Novo era lançar a candidatura de um militar para fazer frente à candidatura de outro militar. À frente do processo eleitoral, Vargas encontrou-se com Dutra no Palácio do Rio Negro, em Petrópolis, e tratou de certificar-se da incumbência dada por ele ao interventor mineiro e declarou: “Mandeí o Valadares levantar sua candidatura em São Paulo, a batalha está ganha. O senhor irá à Presidência da República porque eu quero” (Silva, 1976, p.124-44).

No entanto, durante a campanha eleitoral, Dutra passou a posicionar-se observando os cenários político e econômico internacionais, os quais passavam por alterações significativas. Seguindo a mesma linha adotada por Vargas durante os momentos finais do Estado Novo, procurou defender medidas que visavam à democratização da sociedade e à concessão de benefícios aos trabalhadores. Como prova disso, em 3 de abril de 1945, Dutra concedeu sua primeira entrevista coletiva como candidato oficial à Presidência da República, publicada por todos os jornais, objetos desta pesquisa. Na entrevista, o então candidato defendia o retorno da legalidade

75 O lançamento da candidatura de Dutra foi coberto com entusiasmo pelo jornal *OESP* em 14/3/1945. Na oportunidade, o jornal publicou na íntegra os pronunciamentos de personalidades políticas como Fernando Costa, Benedito Valadares, Cirilo Júnior, entre outros.

constitucional, eleições livres e diretas, medidas para a proteção social dos trabalhadores, estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos e a aproximação com a URSS, além da concessão da anistia a todos os presos políticos. Podemos afirmar que, a partir do momento em que as candidaturas se definiram, os jornais passaram a se manifestar mais claramente acerca do processo eleitoral.

Os jornais *OG*, *JB*, *DSP* e *FM* apresentaram opiniões, visões e posicionamentos bastante próximos quanto à situação política nacional, bem como sobre as candidaturas que se apresentaram para as eleições de dezembro de 1945. Os quatro periódicos se declararam favoravelmente à candidatura do udenista Eduardo Gomes, mas não deixaram de tecer elogios e demonstrar certa simpatia a Eurico Gaspar Dutra e, em certa medida, evitar criticá-lo e ligá-lo ao regime deposto. Podemos afirmar que os quatro periódicos não estavam interessados em saber qual dos dois candidatos iria conduzir o país rumo à democratização, mas buscavam, acima de tudo, conquistar ou garantir interesses particulares no novo governo que iria se formar.

Após ressaltar o patriotismo e os serviços prestados por Dutra ao país, *OG* e *DSP* afirmaram – logo após o lançamento da candidatura de Dutra à Presidência da República – que o candidato oficial havia apresentado aos eleitores um plano de ações digno de confiança da população, capaz de levar o país à completa democratização.⁷⁶ O jornal carioca se declarava favorável à candidatura de Eduardo Gomes, mas tratava a candidatura de Dutra com bastante cautela, uma vez que Roberto Marinho mantivera durante o Estado Novo boas relações com Vargas e com Dutra, o qual, no Ministério da Guerra, contribuíra com a circulação de *O Globo Expedicionário*, publicação com notícias do Brasil distribuído aos expedicionários nos campos de batalha. Desde então, Dutra e Marinho tornaram-se amigos.⁷⁷ Embora simpático à candidatura de Eduardo Gomes, o *DSP* não publicou matérias desfavoráveis a

76 *DSP*, 4/4/1945; *OG*, 4/4/1945.

77 *OG*, 31/1 e 1/2/1946.

Dutra. Ao contrário, seus redatores escreveram elogios ao ministro da Guerra, as quais o apresentavam como defensor da anistia e do estabelecimento da democracia.⁷⁸ De acordo com Moraes (1994, p.455), Chateaubriand tomou o cuidado de não deixar sair uma só palavra que prejudicasse a candidatura de Dutra, pois quem quisesse combatê-la nas páginas de seus jornais deveria assumir a responsabilidade. Por sua vez, o *JB* entendia que os nomes de Dutra e Eduardo Gomes eram dignos de confiança pública, pois se mostravam “mais decididos em suas ações cívicas”, além de terem traçado os melhores planos para conduzir o país rumo à democracia. Para o periódico do conde Pereira Carneiro, os eleitores deveriam confiar nesses candidatos, já que “abordavam temas de importância fundamental para o país e para a administração” e, assim, “tanto um como o outro se mostram fiéis e intérpretes da consciência coletiva e procuram colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento e da democracia”. Para o jornal, era preciso ouvir o candidato das oposições, como também o das chamadas forças majoritárias, pois representavam a ética, as bases da organização da família, a educação cristã e o caráter nacional.⁷⁹ Inicialmente, ao tratar da candidatura de Dutra, a *FM* não deixou de responsabilizar o candidato pela implantação da ditadura e pela aprovação da carta de 1937. Para o diário de Nabantino, as relações de Dutra com a ditadura eram íntimas e, caso eleito, poderia implantar outra ditadura nos moldes do Estado Novo. Dessa forma, a *FM* colocou-se ao lado de Eduardo Gomes na disputa eleitoral de 2 de dezembro de 1945. O jornal paulista classificou a candidatura do brigadeiro como aquela que encarnava o espírito de combate à ditadura e a de Dutra como a que ainda reunia os resquícios do Estado Novo. Em editorial, a *FM* assegurou que, caso Dutra saísse vitorioso, levaria para seu governo as mesmas ideias totalitárias da ditadura.⁸⁰ Entretanto, às vésperas do pleito, o jornal mudou de posição e passou a emitir so-

78 *DSP*, 4/4/1945, 3 e 30/1/1946, 1 e 2/2/1946, 5 e 13/4/1946 e 12/10/1946.

79 *JB*, 4 e 20/4/1945, 30/11/1945, 1/12/1945 e 4 e 5/9/1946.

80 *FM*, 6/4/1945.

mente opiniões favoráveis a Dutra, afirmando que o candidato apresentava projetos e propostas para mudar o Brasil do ponto de vista político e econômico. O jornal previra, semanas antes da realização do pleito, a possibilidade da vitória da candidatura Dutra, pois argumentava que Eduardo Gomes tinha simpatias em duas ou três capitais, mas não obteria o mesmo sucesso de Dutra, que contava com o apoio da maior parte dos estados do país.⁸¹ Vale ressaltar que a candidatura de Mário Rolim Telles, pelo Partido Agrário Nacional, e a de Yedo Fiúza, pelo Partido Comunista do Brasil, foram consideradas surpreendentes, pois, para as Folhas, ambos não tinham qualquer expressão política nacional. A candidatura de Rolim Teles era tida pela *FM* como um erro de seu partido e a de Fiúza como fruto da obrigação e da necessidade de lutar do PCB.⁸² Por sua vez, *OESP*, ainda sob intervenção federal, publicava poucas matérias sobre as disputas políticas que ocorriam no país, e, quando o fazia, utilizava apenas notícias oficiais sobre a campanha eleitoral. O periódico paulista ocupava-se em divulgar notícias sobre assuntos referentes ao final da Segunda Guerra, bem como sobre as áreas desportiva, cultural e econômica. Entretanto, não deixou de defender claramente a candidatura de Dutra à Presidência da República. Em artigo, Mário Guastini assegurou que o candidato fora convocado às urnas pelas forças democráticas nacionais. E procurou também defendê-lo das críticas recebidas e desvinculá-lo das responsabilidades pela implantação da ditadura.⁸³ Com o retorno do *OESP* às mãos de seus legítimos donos, Júlio de Mesquita Filho, mesmo após a realização do pleito presidencial, publicou em seu diário críticas contundentes à ditadura estadonovista e se colocou como defensor da completa democratização da sociedade brasileira.

Todavia, para muitos setores políticos, bem como para parte da imprensa brasileira, a candidatura de Eduardo Gomes era a única

81 *FM*, 13 e 30/11/1945.

82 *FM*, 30/11/1945.

83 *OESP*, 5/4/1945.

que representava as correntes que buscavam a implantação do regime democrático no Brasil. Destoando dos posicionamentos de seus congêneres, o *CM* apresentou duras críticas a Dutra durante o período em que era candidato à presidência e depois de empossado. O jornal de Bittencourt afirmou que “os sete anos de poder absoluto foram exercidos não só por Vargas, mas também por seus ministros, os quais também deveriam ser responsabilizados pela escuridão que implantaram no Brasil”.⁸⁴ O *CM*, órgão que se definia como um dos responsáveis pelo enfraquecimento do Estado Novo, por ter publicado a entrevista de José Américo em 22 de fevereiro de 1945, colocou-se desde o início da campanha presidencial ao lado da candidatura de Eduardo Gomes. Além disso, publicou inúmeras críticas ao general Dutra, acusando-o de ser um dos pilares da ditadura varguista. Em editorial intitulado “Razões de desconfiança”, afirmou que a candidatura de Dutra merecia desconfiança e alerta por parte dos eleitores, pois representava os elementos da ditadura, responsáveis pela “usurpação da liberdade e legalidade política do país”. O *CM* tentava responsabilizar Dutra pelo surgimento do Estado Novo, acusando-o de ter sido responsável pela execução do projeto conspirador e totalitário de Getúlio Vargas. Em acréscimo, sentenciava que, ao defender a democratização do país, Dutra estava se aproveitando das novas condições políticas para alcançar o poder e, em seguida, restabelecer o regime ditatorial que havia arquitetado conjuntamente com Vargas.⁸⁵

É importante notar que, embora os diários analisados defendessem o retorno ao regime democrático no Brasil e apresentassem posições bastante próximas quanto aos rumos políticos do país, cada órgão passou a defender o candidato ou o projeto que mais bem lhe convinha ou aqueles que mais se aproximavam da visão democrática defendida por seus proprietários.

Além do grupo ligado ao candidato oficioso e a Eduardo Gomes, a democratização nacional despertava o interesse de vários

84 *FM*, 6/4/1945 e *CM*, 7/4/1945.

85 *CM*, 4/4/1945.

grupos políticos que desejavam controlar a vida política e imprimir a sua visão particular de democracia. Com a instituição do novo Código Eleitoral, as diversas agremiações que despontavam no cenário político nacional pautaram-se pelo objetivo de conquistar o poder e ter a possibilidade de dirigir a transição democrática de acordo com seus interesses. A partir de então, os partidos passavam a ocupar espaços cada vez maiores na imprensa brasileira, publicando suas ideias sobre os acontecimentos políticos nacionais e internacionais, além de propaganda político-eleitoral. Entretanto, é importante lembrar que o sistema político brasileiro encontrava-se bastante fragilizado e incipiente, uma vez que a vida político-partidária havia sido suprimida com o golpe do Estado Novo. Dessa forma, durante a fase inicial da retomada dessa atividade, a imprensa passou a desempenhar importante função política na sociedade, emitindo opiniões de líderes partidários e posicionando-se diante dos acontecimentos políticos nacionais.

Assim, após a posse de Dutra, o *DSP*, a *FM*, *OG* e o *JB* passaram a defender os atos de Dutra, ao emitir juízos e representações favoráveis do governo a seus leitores. A partir do momento em que Dutra assumiu a Presidência da República, o *DSP* logo tratou de desvinculá-lo de qualquer relação e responsabilidade com o Estado Novo, bem como dos atos repressivos ocorridos no período. Sua posse foi entendida pelo jornal como um momento histórico e fundamental para o processo de evolução política do país e, dessa forma, “se encerraria a fase de luta contra a ditadura”. Para Assis Chateaubriand, Vargas havia deixado uma bomba-relógio para explodir nas mãos de seu sucessor e, por isso, o dono do *DSP* defendera a necessidade de Dutra tomar medidas drásticas e até mesmo impopulares para recolocar o país nos rumos democráticos e fortalecer a economia brasileira, que tinha sido fragilizada após anos de ingerência e corrupção da máquina estadonovista.⁸⁶ Nos primeiros meses do governo Dutra, o *DSP* tentava substituir a imagem golpista do presidente pela do presidente que era responsável

86 *DSP*, 2/2/1946.

pela derrota da ditadura, pela democratização do país e do retorno à vida política legal. Para tanto, afirmava que Dutra era o presidente que respeitava as diversidades, exprimia tolerância, homem probo e que tinha restabelecido a liberdade política no país. Para Chateaubriand, Dutra era o símbolo da legalidade, chefe de todos os brasileiros e estava empenhado na luta pelo fortalecimento da democracia do país.⁸⁷ Na tentativa de justificar os entraves econômicos vividos pelo Brasil durante o primeiro ano do governo Dutra, o *JB* asseverava que todos os problemas nacionais nos âmbitos econômico, político e social eram sintomas do regime de força que castigara o país por oito anos, e argumentava que era impossível eliminar todos os problemas deixados pela ditadura em apenas alguns anos. No entanto, o jornal classificou o governo Dutra como o responsável pela reintegração do país ao regime da ordem, por eliminar as incertezas que dominavam a população e por “conduzir o país rumo à claridade e à liberdade”.⁸⁸ Logo após a posse de Dutra, a *FM* afirmava que as circunstâncias autorizavam os brasileiros a esperar um bom governo, pois no exterior acabara a guerra, no âmbito interno tudo concorria para um período administrativo sereno e as Forças Armadas apoiam o novo governo.⁸⁹ Nos primeiros anos do governo Dutra, o jornal de Nabantino posicionou-se claramente ao lado do novo governo e apoiou a maior parte de suas ações. Ligado a Dutra por intermédio do ministro da Justiça, Souza Costa, em 18 de agosto de 1946, Nabantino afirmou que, se havia um “governo seguro em suas posições e livre de um golpe adverso”, esse era o do general Dutra. “Ele conta com o apoio das Forças Armadas, graças ao seu espírito conciliador e às circunstâncias de os nossos militares serem notoriamente infensos ao comunismo”.⁹⁰ Por sua vez, *OG* cobriu amplamente a posse do novo presidente e a classificou como um “importante marco histórico”. Para a folha

87 *DSP*, 5 e 13/4/1946.

88 *JB*, 1/1/1947 e 2/2/1947.

89 *FM*, 31/1/1946.

90 *FM*, 18/8/1946.

carioca, Dutra era um dos responsáveis pela “reintegração do país às normas históricas republicanas, além de ter sido dotado de prestígio e experiência pública”.⁹¹

Por seu turno, com a definição do pleito eleitoral, *OESP* e *CM* apresentaram posições bastante próximas quanto a seu resultado, bem como sobre os rumos tomados por Dutra na condução democrática do país. Embora fossem defensores da legalidade eleitoral e da necessidade da contribuição da sociedade ao novo governo, ambos passaram a criticar o novo presidente. Os jornais demonstraram desânimo em relação à votação obtida pelo candidato da UDN nas eleições de dezembro de 1945, afirmando que o Brasil havia perdido uma grande chance de “esmagar inteiramente os remanescentes da ditadura”, e não deixaram de responsabilizar Dutra pela implantação do Estado Novo. O presidente eleito foi acusado por *OESP* e *CM* de coautor da Carta Constitucional de 1937, colaborador de todos os atos da ditadura e uma das maiores expressões políticas do regime contra o qual o jornal lutava. Entendiam que a vitória de Dutra só fora conquistada graças ao apoio dos amigos do ditador e das bases políticas deixadas pela ditadura. De acordo com os jornais, Dutra deveria abandonar todos os compromissos com a ditadura e romper com todos os laços políticos que, porventura, o prendessem ao ditador; somente assim poderia realizar um governo democrático. Entretanto, *OESP* e *CM* entendiam que o sucesso do regime democrático no Brasil seria determinado pelo fim de toda influência do Estado Novo no espectro político nacional, bem como pela elaboração de uma Constituição democrática e que garantisse as liberdades de imprensa.⁹² Ao reconhecerem a derrota de Eduardo Gomes em meados de janeiro de 1946, *OESP* e *CM* classificaram a candidatura do udenista como vitoriosa, pois o brigadeiro havia contribuído com a discussão democrática e organizado as forças oposicionistas contra o Estado Novo, além de qualificarem Eduardo Gomes como “apaixonado pela democracia e possuidor

91 *OG*, 31/1/1946 e 1/2/1946.

92 *OESP*, 12/1945 e 1/2/1946.

de uma pureza imaculada”. Ademais, sentenciaram que as eleições só ocorreram graças às correntes liberais chefiadas por ele, as quais forçaram o ditador a convocar as eleições e mais tarde abandonar o poder.

A realização das eleições em 2 de dezembro de 1945 foi entendida pela imprensa como uma vitória do povo brasileiro e um sinal de que o país caminhava a passos largos para a redenção democrática.⁹³ Todos os órgãos da imprensa analisados noticiaram a realização do pleito eleitoral como uma vitória democrática e uma demonstração de que o povo brasileiro estava cansado do regime de compressão de 1937 e que agora pretendia entrar na era da civilização e maturidade política. Acreditavam que, independentemente do resultado das eleições, o povo tinha saído vitorioso. É importante notar que a realização de eleições e a ampla participação do eleitorado na escolha de seus representantes foram entendidas pela imprensa como um resgate dos princípios básicos da democracia.⁹⁴ No entanto, podemos afirmar que a democracia que se seguiu após a queda do Estado Novo revelou-se limitada e incapaz de assegurar às massas a possibilidade de participar amplamente das decisões políticas. Nesse período, o Brasil contava com cerca de 46 milhões de habitantes, dos quais apenas 17% estavam aptos a participar do pleito.⁹⁵

As correntes liberais encontraram enormes dificuldades para

93 Ocorrido o pleito eleitoral em 2 de dezembro de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra (PSD) foi eleito com cerca de 55% dos votos, seguido por Eduardo Gomes (UDN) com 35%, Fiúza (PCB) com 9,83% e Teles (PAN) com 0,17%. Além da vitória de Dutra, o PSD contou com a eleição da maior bancada de parlamentares, ou seja, elegeu 177 representantes (151 deputados e 26 senadores), seguido pela UDN com 87 (77 deputados e 10 senadores), PTB com 24 (22 deputados e 2 senadores) e PCB com 15 representantes (14 deputados e 1 senador) (Nogueira, 2005, p.9-20).

94 *DSP*, 3/1/1946 e 1/2/1946; *OESP*, 12/45, 1/2/1946; *CM*, 21/9/1945 e 4/12/1945, 1/2/1946; *JB*, 5/9/1945, 30/11/1945, 1, 2 e 5/12/1945, 21/1/1947; *FM*, 5/6/1945 e 2/12/1945; *OG*, 2 e 3/12/1945.

95 De acordo com *OESP* (1/2/1946) e *CM* (1 e 2/2/1946), cerca de seis milhões de eleitores se alistaram para o pleito eleitoral de 2/12/1945.

eliminar a estrutura estadonovista que ainda perdurava na sociedade “democrática”. De acordo com Gomes (2005, p.198-202), a partir da criação do Estado Novo, as autoridades do novo regime criaram o conceito de democracia social, ou seja, a partir dessa nova configuração política, o homem brasileiro ganharia o estatuto da cidadania, pois o cidadão dessa nova democracia, identificado por seu trabalho produtivo, não mais se definia pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse dos direitos sociais. Centrado na crítica aos governos liberais, bem como aos governos autoritários, notadamente os comunistas, a democracia social criada durante o Estado Novo representou uma crítica a essas duas formas de governo, uma vez que as entendia como desumanas e afastadas das reais necessidades dos homens. Desse modo, a democracia social preconizada pelo Estado Novo criou profundas raízes entre os trabalhadores brasileiros, que tinham suas imediatas necessidades econômicas atendidas pelo governo, dificultando a tarefa de eliminação da influência dos elementos estadonovistas na sociedade, uma vez que os benefícios concedidos pelo governo aos trabalhadores, bem como o regime imposto em 1937, eram reconhecidos como legítimos pela população.

Entre os anos de 1946 e 1948, o governo Dutra foi observado pelos jornais, aqui analisados, a partir da lente da incerteza e pelo receio do retorno às arbitrariedades ocorridas durante o Estado Novo. Isso pode ser explicado pela fragilidade das instituições democráticas que surgiram sobre as cinzas estadonovistas, além dos partidos políticos que despontaram em âmbito nacional após oito anos de silenciamento impostos pelo regime ditatorial. A extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda e do Departamento Nacional de Informação, a queda do Estado Novo e a realização de eleições diretas sinalizaram o afrouxamento do controle sobre a imprensa, ampliação da participação política e a possibilidade da implantação e aprofundamento do regime democrático no país (Martins & De Lucca, 2006, p.74). Os jornais analisados, mesmo os declaradamente de oposição a Dutra como *OESP* e *CM*, demonstraram grande expectativa em relação ao novo governo, rego-

zijaram-se com o fim da ditadura e a possibilidade da implantação da democracia no país. Todavia, o governo Dutra caracterizou-se por medidas centralizadoras e repressivas, que em muito se assemelhavam às medidas tomadas por Vargas durante o Estado Novo. Como exemplo disso, podemos citar a política de intervenções e empastelamentos ocorridos em vários órgãos da imprensa brasileira, tema a ser discutido no próximo capítulo.

Concordando com as análises de Souza (1990, p.105-34), o período imediatamente posterior ao fim do Estado Novo foi caracterizado pela ampliação dos direitos democráticos e da participação política; entretanto, ocorreram continuidades e reproduções de práticas ditatoriais e conservadoras existentes durante o regime deposto. Para a autora, a deposição do presidente ocorreu num clima de cumplicidade com os que o contestavam, ou seja, Vargas não era entendido como um inimigo radical dos opositores, especialmente dos militares, mas um adversário transitório com o qual se poderia compor futuramente; assim, o presidente deposto esteve na condição de interlocutor-chave na passagem para o novo regime. Além disso, embora representasse um momento de abertura democrática, o período posterior ao Estado Novo manteve, em certa medida, a estrutura repressiva vigente no regime anterior, uma vez que ocorreram repressões a manifestações, controle sobre o movimento operário, e até mesmo alguns dispositivos da Constituição de 1937 foram mantidos na nova carta constitucional que passou a vigorar em 1946.

Apesar de a sociedade brasileira passar por transformações de ordem política e econômica, sobretudo a partir da queda do Estado Novo, os jornais analisados entendiam, mesmo que em tons e níveis diversos, que o caminho para a completa democratização da sociedade era árduo e exigia grande esforço da nação, pois o perigo totalitário ainda não estava completamente eliminado.⁹⁶ Para os

96 *FM*, 5/6/1945 e 2/12/1945; *OESP*, 11 e 28/12/1945, 12/1/1946 e 5/7/1946; *OG*, 20/10/1947; *JB*, 3/12/1945 e 6/8/1946; *CM*, 19/10/1946 e 27/11/1946; *DSP*, 5/5/1946.

jornais *OESP*, *CM*, *DSP* e *OG*, os resquícios da ditadura e o clima de instabilidade e opressão seriam eliminados, gradativamente, à medida que ocorressem eleições livres e honestas; somente a partir da elaboração de uma nova carta constitucional “a obra de redemocratização do país se completaria”.⁹⁷ Então, podemos compreender que os periódicos entendiam que a Constituição de viés democrático seria a responsável pela eliminação do totalitarismo e resolveria os problemas nacionais. Para os jornais, a democracia só seria atingida se fosse aprovado um texto constitucional que substituísse o de 1937 e garantisse direitos e deveres aos indivíduos. Diferenciando-se de seus concorrentes, a *FM* e o *JB* acreditavam que, mesmo com eleições diretas, ampliação do direito do voto e aprovação da Constituição, o Brasil ainda não alcançaria a completa “democratização”, pois, mesmo assim, os problemas de ordem política e econômica do país não seriam solucionados. Em artigo intitulado “E depois?”, José Nabantino Ramos afirmou que o pleito eleitoral e a Constituição não resolveriam os anos de ditadura e os graves problemas do Brasil, que tinham raízes profundas e difíceis de solucionar.⁹⁸ No entanto, Nabantino entendia que, com a ocorrência das eleições, o Brasil poderia encontrar o clima para que esses problemas pudessem ser eliminados. Na mesma direção, o *JB* sentenciava que o Brasil havia iniciado a marcha para a democracia, mas a jornada não era fácil, pois os restos da ditadura ainda se esforçavam para restabelecer o regime anterior.⁹⁹

Logo no início do governo Dutra, *OESP*, *CM*, *JB*, *OG*, *DSP* e *FM* passaram a exigir a convocação imediata da Assembleia Nacional Constituinte, com vistas à elaboração de uma nova Constituição que viesse substituir a autoritária carta de 1937; reivindicavam ainda a completa eliminação dos agentes da ditadura de dentro do governo e o retorno à legalidade política. Enquanto as discussões

97 *CM*, 15/12/1946; *OESP*, 11/12/1945, 15/9/1946; *OG*, 20/10/1947; *DSP*, 5/5/1946.

98 *FM*, 5/6/1945 e 2/12/1945.

99 *JB*, 26/4/1946 e 18/1/1947.

em torno da elaboração da nova carta constitucional avolumavam-se no Congresso Nacional e ganhavam as páginas dos jornais, diversos setores políticos, bem como a imprensa em geral, passaram a exigir a imediata substituição da Constituição de 1937 pela Constituição de 1934, ou, mesmo, pela elaborada em 1891. Os jornais consultados entendiam que, para a implantação da verdadeira democracia, seriam necessárias a revogação da Constituição de 1937 e a elaboração de um novo texto de viés democrático, que deveria contemplar os interesses dos grupos liberais brasileiros. Convocada a Assembleia Nacional Constituinte nos primeiros dias de fevereiro de 1946, os deputados eleitos formaram uma comissão constitucional e se dividiram em várias subcomissões para elaborar o novo texto constitucional.¹⁰⁰ Todos os jornais consultados acreditavam que uma nova Constituição era importante para a regeneração política do país e constituía um importante passo no processo de recondução do país à ordem democrática.

O *JB* classificou como fundamental a emergência de uma nova carta constitucional para superar a de 1937. De acordo com o jornal, somente assim poderia ocorrer a eliminação completa da ditadura, e as bases de uma nova estruturação política, social e econômica poderiam surgir no Brasil.¹⁰¹ Em artigo publicado no jornal *DSP*, Cândido Motta Filho, antigo diretor do DEIP de São Paulo, afirmou que a Constituição era a fonte da ordem legal futura e representava o despertar da democracia e da vida política nacional. Para Chateaubriand, com uma nova Constituição, a população poderia se desvencilhar das heranças ditatoriais e despertaria sua consciência cívica.¹⁰² Pautada por uma linha política legalista, a *FM* declarou-se pela imediata democratização da sociedade. Os diretores do jornal acreditavam que a carta constitucional de 10 de no-

100 A comissão constitucional começou a funcionar em 15 de março de 1946 e até 24 de junho foram apresentadas 4.092 emendas à Constituição (Silva, 1976, p.328-9).

101 *JB*, 26/4/1946.

102 *DSP*, 2 e 6/2/1946.

vembro de 1937 deveria ser revogada, uma vez que o povo reclamava uma Constituição que realmente o representasse e garantisse a liberdade de expressão, restaurasse os poderes legítimos e respeitasse as garantias individuais.¹⁰³ Diante das discussões acerca da restauração das constituições de 1891 e 1934, o jornal considerou que a Assembleia Constituinte poderia restaurar qualquer uma delas, mas desde que estivesse claro que a restauração iria demandar acréscimos de artigos atualizados. Dessa forma, o jornal pleiteou uma nova Constituição que representasse o elo entre passado e o presente e fosse responsável pelo restabelecimento da tradição de respeito aos princípios democráticos.¹⁰⁴ Nabantino ficou entusiasmado com os avanços dos trabalhos da Constituinte, mas entendia que, com a aprovação da Constituição, “o processo histórico e os costumes políticos não seriam mudados rapidamente. Entretanto, perguntava que se havia democracia em outros países como Estados Unidos, em especial, porque não no Brasil?” (Mota & Capelato, 1981, p.128). OG recebeu a nova Constituição com a esperança do predomínio da lei sobre o arbítrio. Para o jornal, a Constituição de 1946 era responsável pelo enterro do regime discricionário implantado por Vargas em 1937 e pelo retorno a um regime de respeito às garantias individuais e de liberdades políticas. Além disso, sustentou que o novo texto constitucional preservava o país das disputas ideológicas, uma vez que a carta de 1937 foi utilizada pelo governo como instrumento para a implantação do terror ditatorial.¹⁰⁵ O CM asseverava que a promulgação da nova Constituição tinha sido o ato mais democrático dos últimos tempos no Brasil e que ela contribuiria para o aprofundamento da democracia no país e para a eliminação dos agentes estadonovistas do seio da sociedade.¹⁰⁶ Aproveitando a oportunidade para mais uma vez contestar o Estado Novo, OESP afirmou que, “com a promulgação da Constituição, a dita-

103 FM, 27/2/1945.

104 FM, 1/11/1945.

105 OG, 18 e 19/9/1946.

106 CM, 19/9/1946.

dura seria sepultada”, pois as instituições democráticas poderiam se fortalecer e as leis passariam a “ser feitas pelos legítimos representantes do povo e não mais criadas pela vontade particular do ex-ditador”.¹⁰⁷ Em editorial, o jornal avaliava:

Congratulemo-nos, porque voltamos a ser cidadãos. Está o Brasil de novo sob um regime constitucional legítimo. Temos um estatuto de organização nacional elaborado pelos representantes credenciados do povo, de acordo com os princípios democráticos. É boa nossa Constituição? Lá tem os seus defeitos e falhas inevitáveis, isso tem. Mas tomada em conjunto, obedece às tradições liberais de nossa formação. Aproxima-se mais dos ideais democráticos do que a de 1934.¹⁰⁸

Embora tivesse representado um avanço em relação às constituições anteriores e fosse recebida com bastante entusiasmo pela imprensa brasileira, a carta constitucional de 1946 foi desrespeitada inúmeras vezes até ser abolida pela ditadura em 1964 e, portanto, o arbítrio se sobrepôs à legalidade. Ao defender a democracia e prometer ordem e estabilidade social, o governo encobria com palavras e promessas os atos de força realizados pelo regime, ou seja, a lei significava simplesmente um pretexto para as arbitrariedades cometidas pelo governo (Weffort, 1984, p.44). Evidentemente, a elaboração de uma Constituição e a instituição do sufrágio universal representavam elementos legitimadores da democracia. Ciente disso, Dutra não interferiu no processo de discussão e elaboração da nova carta constitucional, uma vez que sabia que ela era importante para legitimar seu governo e lhe oferecer uma feição democrática. No entanto, esses elementos essenciais à prática democrática foram construídos pelos grupos políticos dominantes que tiveram que se adequar à nova conjuntura nacional para manter ou conquistar o poder com o intuito de imprimir sua visão particular de mundo. Sendo assim, a democracia logo se revelaria limitada.

107 OESP, 19 e 22/9/1946.

108 OESP, 22/09/1946.